



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCISCO FLÁVIO MELO DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA FERRAMENTA POSSÍVEL PARA OS CURSOS
DE TREINAMENTO NAS OPMS DO INTERIOR DO RN**

CURITIBA

2011

FRANCISCO FLÁVIO MELO DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA FERRAMENTA POSSÍVEL PARA OS CURSOS
DE TREINAMENTO NAS OPMS DO INTERIOR DO RN**

Monografia apresentada a Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a Distância.

Orientadoras: Prof^ª Dr^ª Kelly Prudencio e Prof^ª. Dr^ª. Christianne Medeiros Cavalcante.

CURITIBA

2011

DEDICATÓRIA

A Deus, por acreditar que nossa existência pressupõe uma outra infinitamente superior.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram, estiveram presentes e acreditaram em meu potencial, me incentivando na busca de novas realizações.

As minhas orientadoras, Dr^a. Kelly Prudencio e Dr^a Christianne Medeiros Cavalcante, pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material.

A todos que colaboraram nesta pesquisa

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos àqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível;

Aos parentes, colegas do curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Educação à distância e colegas de trabalho.

À Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte e à Universidade Federal do Paraná, pela iniciativa e parceria para implantação desse Curso para os servidores do Estado do Rio Grande do Norte.

Aos diletos e competentes Coordenadores, Professores, Tutores e Orientadoras, que com tanta presteza colaboraram e, com os quais muito pude aprender e obter elementos para esta monografia.

Aos colegas de classe, com quem convivi com muita alegria.

E finalmente agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, nosso DEUS.

Abrços de Francisco Flávio Melo do Santos.

EPIGRAFE

*Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa
Tudo sempre passará
A vida vem em ondas
Como um mar
Num indo e vindo infinito
Tudo que se vê não é
Igual ao que a gente
Viu há um segundo
Tudo muda o tempo todo
No mundo
Não adianta fugir
Nem mentir
Pra si mesmo agora
Há tanta vida lá fora
Aqui dentro sempre
Como uma onda no mar
A vida vem em ondas
Como um mar
Num indo e vindo infinito*

(Como uma onda: Composição: Lulu Santos / Nelson Motta)

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa faz uma reflexão sobre o processo de formação dos profissionais militares, especificamente os sargentos da PMRN. A metodologia numa abordagem qualitativa tem como objetivo identificar o formato atual dos cursos de treinamento que são ofertados aos policiais militares, e nesse ínterim, demonstrar a viabilidade do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação para o desenvolvimento dos cursos de treinamento nas OPMS do interior do Estado do RN. Questiona sobre como estariam ocorrendo os cursos de treinamento para policiais militares no interior do RN e se o uso das novas tecnologias da informação e comunicação seria viável na formação continuada de profissionais da Polícia Militar nesta situação. A partir da aplicação de questionários a vinte instrutores do quadro efetivo da PMRN, infere que a adoção às novas tecnologias da informação e da comunicação constituem-se instrumentos favoráveis ao desenvolvimento dos cursos de treinamento em localidades distantes das escolas de formação inicial dos policiais militares, concorrendo para o seu aperfeiçoamento profissional. Finaliza incorporando uma proposta de viabilização de um curso pautado nos princípios e ensinamentos da EAD. Considera que tais conhecimentos e dados apresentados corroboram para as políticas de formação na segurança pública, principalmente no estado do Rio Grande do Norte.

Palavras chave: Educação a Distância. Formação Profissional em Segurança Pública. Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos.

RESUMEN

El este trabajar de búsqueda es una reflexión sobre el proceso de formación de los profesionales militares, específicamente los sargentos de PMRN. La metodología aun enfoque cualitativo se como objetivos identificar el formato actual de los cursos que se ofrecen a la policía militar y mientras tanto, para demostrar la viabilidad del uso de nuevas tecnologías de información y comunicación para el desarrollo de cursos en estado de OPMS interior de RN. ¿Nuestras preguntas se centraron en cómo podrían estar ocurriendo formación para la policía militar dentro de la RN? Y como complemento de que este pensamiento, si sería viable en la formación continua de profesionales de la policía militar en esta situación el uso de nuevas tecnologías de información y comunicación. Desde la aplicación de cuestionarios a 20 instructores eficaz marco PMRN, se puede inferir que la adopción de nuevas tecnologías de la información y la comunicación es instrumentos favorables al desarrollo de cursos de capacitación en lugares distantes de las escuelas de formación iniciales de la policía militar, que contribuyen a su desarrollo profesional. Al final de la obra incorporamos una propuesta de rescate un curso basado en los principios y enseñanzas de la EAD. Lo hacemos creer que esos conocimientos e datos presentados en apoyo a las políticas de formación en seguridad pública, principalmente en el Estado de Rio Grande de Norte.

Palabras clave: Educación a Distancia. Formación en Seguridad Pública Profesional. Procesamiento de Los Suboficiales Curso.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Fatos mais relevantes da História da EAD no Brasil.	21
Figura 01 – Aportes para o desenvolvimento do processo de curso a distância	28
Quadro 02 - Correspondência entre as perguntas dos questionários e os objetivos específicos.	42
Gráfico 01 – Nível de escolarização dos instrutores da PMRN	44
Gráfico 02 – Tempo de serviço	45
Quadro 03 – Apresentação das respostas a questão 1	46
Quadro 04 – Resultados do 2º bloco de questões	48
Quadro 05 – Sugestões	49
Quadro 06 – Estrutura curricular	56
Quadro 07 – Quadro operacional docente	59

LISTAS DE SIGLAS

ANP - ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

EAD - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

MCN - MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

MJ - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

OPMS - ORGANIZAÇÕES POLICIAIS MILITARES

PMRN - POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE

PRONASCI - PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

RENAESP - REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

RN - RIO GRANDE DO NORTE

SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

SESED - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO

SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

MEC - MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES

TICS - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

AVA - AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

CAS - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A EAD E A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: UM INÍCIO DE CONVERSA.....	15
2.1 HISTÓRIAS SOBRE EAD.....	16
2.1.1 A organização do ensino na EAD.....	25
2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA E EAD..	28
2.2.1 Treinamento e educação à distância: entre as exigências da formação policial e os formatos didáticos.....	32
3 A CONSTRUÇÃO DOS DADOS EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO.....	41
3.1 ESPAÇO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO: OS DADOS CONSTRUÍDOS E UMA LEITURA POSSÍVEL.....	43
3.1.1 Sujeitos: suas experiências, conhecimentos e posicionamentos.....	44
4 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	50
4.1 PROPOSTA DE CURSO.....	52
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Quando uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a força de sua alma, todo o universo conspira a seu favor.

Johann Goethe

Este trabalho de pesquisa constitui-se um esforço em refletir sobre o treinamento dos profissionais da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), à luz das concepções e práticas que permeiam a formação profissional em segurança pública, os formatos de cursos oferecidos pela entidade responsável, considerando ainda as demandas sociais por segurança e o emprego das novas tecnologias aplicadas à educação, na modalidade a distância. O objetivo maior é estabelecer a relação entre treinamento e educação a distância no espaço da PMRN numa tentativa de colaborar com o processo de formação contínua.

A discussão que estabelecemos versa sobre a possibilidade e viabilidade da utilização da Educação a Distância nos cursos de treinamento nas organizações policiais militares - OPMS - do interior do Estado do Rio Grande do Norte. Nesse ínterim, trabalhamos com algumas preocupações julgadas relevantes neste processo, que se configuraram em nossas **questões de pesquisa** ou **problemas** identificados: Como estão ocorrendo os cursos de treinamento para policiais militares no interior do RN? E complementando este pensamento, se o uso das novas tecnologias da informação e comunicação seria viável na formação continuada de profissionais da Polícia Militar no interior do Estado?

Tais questionamentos deram origem aos objetivos que ora apresentamos: Pretende-se identificar a maneira como ocorrem os cursos de treinamento nas localidades distantes dos centros formativos da sede central; identificar o formato atual dos cursos de treinamento que são ofertados aos policiais militares, e nesse ínterim, demonstrar a viabilidade do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação para o desenvolvimento dos cursos de treinamento nas OPMS do

interior do Estado do RN. O campo de nossa pesquisa foi a Diretoria de Ensino da Corporação.

Entendemos que as novas tecnologias da informação e da comunicação constituem-se instrumentos favoráveis ao desenvolvimento dos cursos de treinamento em localidades distantes das escolas de formação inicial dos policiais militares, concorrendo para seu aperfeiçoamento profissional. Em contrapartida outra idéia surgiu: os cursos de treinamento no formato regular não contemplam os profissionais que atuam no interior do Estado com uma formação permanente que possibilite o desenvolvimento de competências essenciais a um atendimento de qualidade para a sociedade. Essas duas **hipóteses** se interpuseram no processo reflexivo, as quais margearam o percurso metodológico seguido.

Diante do que foi exposto, coube-nos ainda esclarecer os motivos que despertaram o interesse por tal objeto. O interesse em tal temática justifica-se pela percepção da própria realidade social: a sensação de insegurança que permeia a sociedade frente aos fatos que freqüentemente ocorrem e circulam sob a forma de noticiários policiais. Sensação que fez surgir a necessidade constante de intervenções policiais cada vez mais complexas. Essa demanda por sua vez imputa aos órgãos de segurança pública a organização de ações que venham a atender as necessidades, que atuem significativamente na resolução dos problemas.

O profissional de polícia militar tem por obrigação conhecer sua missão e os objetivos de sua organização. Ser policial militar não é profissão fácil em lugar nenhum do mundo, pois lidar permanentemente com o incerto, estar pronto para tomar decisões rapidamente, defender a si ou a outrem em ocorrências certas vezes perigosas, torna-se extremamente desgastante. Para sê-lo são necessárias uma criteriosa seleção e uma substancial e longa formação, teórica e prática. É evidente que não basta apenas investir em armamento, viaturas e equipamentos, se faz necessário investir no mais caro e mais importante instrumento de trabalho policial: o profissional. O policial militar tem que estar preparado no que diz respeito aos procedimentos operacionais, atualizado para praticar e internalizar as regras técnicas de sua profissão.

No que se refere ao desempenho profissional do operador de segurança, o foco recai nos assuntos diretamente relacionados ao policiamento e na forma como a educação do policial militar, a criação de hábitos profissionais e o desenvolvimento de qualidades e aptidões indispensáveis ao desempenho das

missões podem ocorrer. Atender as demandas por segurança advindas da sociedade implica a preparação técnica do profissional, considerando o tipo de trabalho a ser desenvolvido e o contexto onde ambos estão envolvidos.

Assim torna-se essencial refletir sobre o movimento constante das mudanças que se processam nesta transição de séculos, tais como a evolução crescente da ciência e tecnologia e do uso intenso de suas produções, as quais contribuem para uma significativa diminuição do trabalho humano. Situação que demonstra que o mundo e a humanidade têm enfrentado ao longo de sua história, exigências que se fazem presentes em seu cotidiano. Essa realidade revela aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos, ambientais, científicos, que se entrelaçam e formam critérios e requisitos para a inserção e permanência do ser humano no contexto em que vive. Embora sejam resultados da própria ação do homem, as transformações têm se colocado como elementos portadores de exigências formativas cada vez mais complexas.

Nesse contexto, os avanços científicos e tecnológicos formam o que hoje se convencionou denominar Terceira Revolução, que traz em si características que precisam ser analisadas, tendo em vista ser responsável por profundas mudanças na organização social. Tendo por base a microeletrônica, a cibernética, a microbiologia e a biotecnologia, a informática e a robótica, entre outras áreas, esta revolução comporta uma reorganização do processo produtivo, que por sua vez gera uma reorganização do processo de trabalho, exigindo novas habilidades dos trabalhadores, uma situação que demanda outro tipo de qualificação que possa superar as formas agora, tradicionais de formação/qualificação profissional.

Como afirma Libâneo (2003, p. 65)

Provavelmente, os maiores efeitos dessa revolução sejam a crescente eliminação do trabalho humano na produção e nos serviços pelo uso da robótica e da informatização, o qual leva ao aumento do desemprego estrutural, à dualização crescente do mercado de trabalho (incluídos/excluídos) e à intensificação da desintegração social e da demanda por talento e por capacidades, para o desenvolvimento das atividades que exigem maior qualificação.

Refletir e sistematizar esse processo de qualificação dos trabalhadores não se coloca como tarefa simples, natural; requerem-se para isso, conhecimentos múltiplos, capacidades múltiplas advindas da socialização entre sujeitos e situações. É dentro desse contexto, que localizamos as escolas de formação dos profissionais em segurança pública e mais especificamente, da Polícia Militar, na qual esses sujeitos se encontram para vivenciarem as situações de treinamento.

Ao se refletir sobre as dimensões da formação profissional, particularmente da PMRN, pode-se perceber a existência de limitações quanto à formação contínua, devido à distância das OPMS do interior dos centros de formação sediados na capital do Estado. A distância física impede a ação continuada do treinamento dos profissionais, o que compromete seu desempenho. Muitos exemplos têm se colocado, demonstrando as fragilidades na formação, treinamento e condução do trabalho, espalhados pelo país e alvos de críticas pela mídia.

É, nesse contexto, diante de tais conhecimentos e realidade que se interpõe este estudo. Sua gênese reside numa experiência pessoal como oficial superior e instrutor, atuante na formação inicial, que entende a necessidade de se (re)pensar a formação contínua, através de cursos de treinamento que possam ocorrer sob a forma de Educação a Distância.

Na esteira desses fatos, colocam-se as inquietações que justificam o interesse em oferecer um conjunto de informações que possam contribuir para uma reflexão tanto a respeito da formação contínua quanto do próprio formato dos cursos de treinamento ofertados pela PMRN. Desse modo, busca-se contribuir para que a PMRN possa desenvolver uma ação efetiva de treinamento que possibilite uma melhora significativa nas ações de combate ao crime e as necessidades de segurança da população, através de uma formação continuada a distância.

Desse modo, esta monografia está organizada em quatro capítulos, a contar da Introdução do trabalho, a qual apresenta brevemente os momentos vivenciados por este pesquisador: a escolha pelo tema, justificando e contextualizando objeto de estudo, relacionando os objetivos elaborados a partir das dúvidas que permearam o percurso metodológico.

No segundo capítulo, intitulado *A EAD e a formação em segurança pública: um início de conversa*, contextualizamos a EAD no Brasil, abordando

também a organização do ensino na EAD, a formação do profissional em segurança pública e EAD, e as exigências de formação policial e os formatos didáticos.

O terceiro capítulo trata da construção dos dados, especificando os aspectos trabalhados e escrevendo a análise dos dados coletados no decorrer do trabalho, sejam de natureza qualitativa ou quantitativa. Dá a consistência teórica aos dados coletados da realidade, conduzindo ao Capítulo 4 (Conclusão e Recomendações).

No capítulo quatro, abordamos algumas conclusões iniciais e retratamos nossa proposta de implantação de um curso, demonstrando por fim, a viabilidade da modalidade de ensino a distância na PMRN, logicamente aberto a sugestões para próximos estudos.

2 A EAD E A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: UM INÍCIO DE CONVERSA

Quando falamos de história, temos o costume de nos refugiar no passado. É nele que se pensa encontrar o seu começo e o seu fim. Na realidade, é o inverso: a história começa hoje e continua amanhã. (D. N. Marinotis)

São freqüentes as reclamações da sociedade quanto ao trabalho realizado pela polícia brasileira, apontando-a como violenta, ausente das ruas, acusada de torturas e de agressões a menores. A realidade é percebida pela sociedade com freqüência e exposta através de diferentes mídias: a má qualidade de atendimento; falta de policiamento; abuso de autoridade; espancamento/tortura; conduta inadequada; prevaricação; ameaça/maus tratos.

Toda e qualquer ação da Polícia Militar deve estar pautada na legalidade, visando evitar qualquer questionamento. O desvio de finalidade, a violência policial, a corrupção e os erros cometidos no atendimento de ocorrência policial, são mazelas extremamente desgastantes por representarem aspectos negativos e ineficiência do profissional policial.

O exercício da atividade policial militar é revestido de valores e deveres éticos, traduzidos em normas de conduta, que se impõe para o exercício da profissão. São valores fundamentais, determinantes da moral policial militar: o patriotismo, o civismo, a hierarquia, a disciplina, o profissionalismo, a lealdade, a constância, a verdade real, a honra, a dignidade humana, a honestidade e a coragem. Com isso, a violação desses valores sempre dá origem a um procedimento penal ou disciplinar.

As consequências desses desvios de conduta, não são prejudiciais somente ao policial militar que os cometeu, mas também à própria Instituição Policial Militar, devido ao desgaste que sofre perante outros órgãos e a opinião pública. Os resultados negativos advindos podem ser enumerados conforme segue: cometimento de crime de abuso de autoridade; transgressão disciplinar; colheita de provas de forma ilícita; naufrágio da Ação Penal por irregularidades cometidas

durante a ação policial; perda de prestígio perante o Ministério Público devido ao despreparo de alguns policiais militares; desconfiança do Poder Judiciário em relação ao comportamento dos policiais militares durante a execução de sua atividade de polícia.

A violência policial desnecessária, durante o atendimento de ocorrência, é preocupante, pois tal conduta prejudica o trabalho e a credibilidade conquistada junto à sociedade, fruto de serviços prestados e de muitas vidas de policiais militares.

O policial militar deve exercer efetivamente a proteção e o socorro do indivíduo e da comunidade. Cabe à Polícia Militar melhorar cada vez mais o serviço que presta à sociedade, por meio da profissionalização dos seus integrantes, em especial os da ponta da linha. A sociedade em que vivemos necessita de uma Polícia Militar eficiente, que protege e socorre com qualidade e objetividade, propiciando à coletividade a tranquilidade desejada.

Em síntese, urge a necessidade de repensar as metodologias utilizadas na formação, na capacitação e no aperfeiçoamento dos recursos humanos, desenvolvendo da melhor maneira possível o capital intelectual dos profissionais em segurança pública e desse modo, opta-se pela adoção da EAD como modalidade de ensino a ser incorporada às práticas formativas nessa área de atuação.

Vários aspectos precisam ser considerados por aqueles que se inserem no processo de aprender e ensinar a distância. Elementos como os materiais instrucionais a serem disponibilizados, o atendimento pedagógico e as estratégias, os canais de comunicação e assim por diante. A partir dessas considerações iniciamos nossa reflexão.

2.1 HISTÓRIAS SOBRE EAD

A prática da educação a distância (EAD) tem se tornado a cada dia mais efetiva e procurada por aqueles que pretendem consolidar uma formação inicial ou continuada. Segundo Saraiva (1996, p. 17)

Embora a educação implique comunicação de informações e conhecimentos, estímulo ao desenvolvimento de habilidades e

atitudes, que constituem o que denominamos ensino, implica também e necessariamente a apropriação, por parte dos sujeitos, das informações e conhecimentos comunicados, das habilidades e atitudes estimuladas, apropriação denominada aprendizagem. Além disto, a educação implica processos pessoais e sociais de relação entre o ensinado e aprendido e a realidade vivida, no contexto cultural situado, produzindo - pessoal e coletivamente - a existência social e individual.

Entendemos assim, que o processo educativo implica então a relação entre o ensinado e o aprendido por quem ensina com alguém que aprende. Tal relação implica hoje uma mudança ou alteração de paradigma que envolve pensar esta relação em outros espaços e tempos, adaptados a realidade de cada sujeito.

Todavia esse entendimento é algo que vem se desenvolvendo frente a uma concepção reducionista que ainda impera no contexto de educação, e que leva a concepções distorcidas da educação a distância, desfazendo e subjugando seu potencial formativo.

Na esteira dessa discussão, faz-se necessário destacar que a EAD para se realizar precisa que sua concepção esteja devidamente esclarecida para os sujeitos que nela se envolverão.

O desenvolvimento da tecnologia trouxe ao processo educativo possibilidade de um ensino realizado a distância de forma virtual, realizada por pessoas com acesso a computadores pessoais, domésticos ou coletivos (*lan house*) conectados a redes locais ou mundiais, o que contribuiu para o acesso democratizado à informação. Uma perspectiva que permite ao professor elaborar programas educativos em que o aluno, ao "navegar" no espaço virtual, possa adquirir/construir conhecimentos sem sequer conhecer o professor. O que mais caracteriza o EAD é a separação física entre professor e aluno, distinguindo-o do ensino presencial; uma organização educacional (planejamento, sistematização, plano, organização dirigida etc.), que a diferencia da educação individual, por meio da utilização de meios técnicos de comunicação que unem o professor ao aluno numa relação de mão dupla com a possibilidade de encontros ocasionais.

A Educação a Distância (EAD) é considerada no Brasil uma forma de ensino, o que segundo Chaves (2004) é a expressão mais tecnicamente correta para se empregar, partindo da compreensão de que a educação é o processo de

aprendizagem são coisas que acontecem dentro do indivíduo e assim sendo, o que ocorre externamente é o processo de ensino, que pode daí ocorrer a distância.

É uma forma de ensino que possibilita ao sujeito uma aprendizagem de forma mais autônoma, uma auto-aprendizagem, que ocorre mediada por diferentes recursos organizados para este fim, apoiados em suportes técnicos e de informação.

Assim, pode-se definir EAD como

[...] uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração) seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004, p.6)

É uma forma de ensinar que conta com o auxílio e complemento de estratégias didáticas que envolvem não apenas o uso do computador, mas diversos meios: cartas, textos impressos, radiodifusão, entre outros. Além disso, a EAD quebra com o paradigma positivista, de que a educação para acontecer precisa que os sujeitos se encontrem juntos em um mesmo espaço e tempo.

Isso se coloca como um desafio: assumir novas formas ensinar que supere o modelo pedagógico vigente, “onde ainda prevalece o pensamento linear, reducionista e predomina o instrucionismo, a subserviência de professores e alunos.” (MORAES, 2002, p. 5).

Com esse novo paradigma, a realidade que se tem é aquela em que os papéis do professor e do aluno se modificam, em virtude da realidade virtual e das concepções de ensino e de aprendizagem que estes novos espaços e tempos de vivenciam, se modificam.

Este novo modelo de comunicação faz com que o cenário de aprendizagem extravase a sala de aula, rompendo as barreiras do tempo e do espaço. Contemplar a possibilidade de estabelecer interações multidirecionais, necessariamente faz com que o currículo transcenda as fronteiras das grades programáticas, abrindo veios por e entre novas “janelas de conhecimento” que se constroem além da

disciplina, do horário rígido e do professor especializado.
(MAGDALENA; COSTA, 2002, p. 105)

Uma educação assim requer uma 'escola' nesse formato, por assim dizer. Uma escola cuja finalidade permanece inalterada ao longo de sua existência: a educação, compreendida como processo de formação intelectual, desenvolvimento cognitivo, sócio afetivo e motor; responsável pela congregação de objetivos de aprendizagem que se configuram nas situações de ensino. Uma instituição que deve primar pelo desenvolvimento de competências e habilidades que permitam ao sujeito inserir-se da melhor forma possível no ambiente social, profissional, etc.

Particularmente nessa pesquisa, enfocamos não toda e qualquer escola, mas as escolas de formação de profissionais em segurança pública, área essencial para o desenvolvimento da sociedade atual. Uma área em que a formação profissional precisa ser constante e atualizada em virtude da própria dinâmica social e histórica em que vivemos hoje.

Na esteira dessa compreensão, partimos numa breve viagem pela história da EAD, na intenção de compreender sua existência e valorização neste novo século, seguida de uma reflexão sobre a formação profissional em segurança pública, e mais especificamente no Estado do Rio Grande do Norte.

O itinerário de uma perspectiva de educação a distância remonta a Grécia Antiga, através do uso de correspondências que informavam sobre “o cotidiano pessoal e coletivo juntam-se as que transmitiam informações científicas e aquelas que, intencional e deliberadamente, destinavam-se à instrução” (SARAIVA, 1996, p. 18). Conforme ainda a referida autora, o marco da educação a distância foi “o anúncio publicado na *Gazeta de Boston*, no dia 20 de março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips” (op. cit) que anunciava a população que poderiam receber ensinamentos em casa.

Todavia, a EAD de forma institucionalizada, surge em meados do século XIX.

Em 1856, em Berlim, por iniciativa de Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt, é criada a primeira escola de línguas por correspondência. Posteriormente, em 1873, em Boston, Anna Eliot Ticknor funda a Society to Encourage Study at Home. Em 1891,

Thomas J. Foster, em Scamton (Pensylvania), inicia, com um curso sobre medidas de segurança no trabalho de mineração, o Internacional Correspondence Institute. (SARAIVA, 1996, p. 18)

Vários exemplos de iniciativas poderiam ser citados, porém, entendemos nesse momento a relevância de discutir a EAD no âmbito da educação brasileira. Todavia esse percurso não se furta a própria história da EAD. Trazemos Saraiva mais uma vez dizendo que:

Adentrando o século XX, observa-se movimento contínuo de consolidação e expansão da educação a distância, confirmando, de certo modo, as palavras de William Harper, escritas em 1886: "Chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número dos estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais;..."(SARAIVA, 1996, p. 18)

A educação a distância no Brasil vai ser marcada exatamente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e sua popularização. O ensino por correspondência é um significativo exemplo de tal intuito, seguido pela transmissão radiofônica e televisiva, chegando a internet conjugada a utilização de meios como a telemática e a multimídia. Tais recursos proporcionam a interação instantânea entre os sujeitos do processos de ensino e de aprendizagem.

Um dos marcos no Brasil foi a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com um plano organizado de utilização do rádio como instrumento educativo, entre os anos de 1922 e 1925, pelo então Roquette-Pinto (ROQUETTE-PINTO, 2003) Na perspectiva de melhor demonstrar esse percurso apresentamos o quadro abaixo que explicita as ocorrências mais relevantes na história do EAD no Brasil.

Ano	Fatos
1923	Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro
1936	Doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde;
1937	Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação;
1941	Criado o Instituto Universal Brasileiro, sediado em São Paulo com filiais no Rio de Janeiro e Brasília, como entidade de ensino livre. Foi fundado em outubro de 1941 e pode ser considerado como um dos primeiros em nosso país.
1959	Início das escolas radiofônicas em Natal (RN);
1960	Início da ação sistematizada do Governo Federal em EAD, através do Programa Nacional de Teleducção (PRONTEL). Contrato entre o MEC e a CNBB: expansão do sistema de escolas radiofônicas aos estados nordestinos, que faz surgir o MEB - Movimento de Educação de Base -, sistema de ensino a distância não - formal;
1965	Início dos trabalhos da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa;
1966	Instalação de oito emissoras de televisão educativa: TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul;
1967	O Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci) foi concebido e operacionalizado, em caráter experimental, de 1967 a 1974, por iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Tinha como objetivo estabelecer um sistema nacional de teleducção com o uso do satélite. O Experimento Educacional do Rio Grande do Norte (EXERN) constituía-se de dois projetos: um destinado a alunos das três primeiras séries do ensino fundamental e o outro direcionado para o treinamento de professores. Utilizavam rádio e/ou televisão. Criada a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo Estado de São Paulo, com o objetivo de promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão (iniciou suas transmissões em 1969);
1970	Portaria 408 - emissoras comerciais de rádio e televisão: obrigatoriedade da transmissão gratuita de cinco programas semanais de 30 minutos diários, de segunda a sexta- feira, ou com 75 minutos aos sábados e domingos. É iniciada, em cadeia nacional, à serie de cursos do Projeto Minerva, irradiando os cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela FEPLAM e pela Fundação Padre Anchieta;
1971	Nasce a ABT - inicialmente como Associação Brasileira de Tele-Educação, que já organizava, desde 1969, os Seminários Brasileiros de Tele-Educação atualmente denominados Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional. Foi pioneira em cursos a distância, capacitando os professores através de correspondência;

1973	Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau, II fase, envolvendo o MEC, PRONTEL, CENAFOR e secretarias de Educação;
1974	Projeto SACI conclusão dos estudos para o Curso Supletivo "João da Silva", sob o formato de telenovela, para o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau; o curso introduziu uma inovação pioneira no mundo, um projeto - piloto de tele - didática da TVE, que conquistou o prêmio especial do Júri Internacional do Prêmio Japão;
1976	Em 1976 encerrado o Projeto Saci, tendo como saldo: 35 minutos de comunicação via satélite, em 1975; 1.241 programas de rádio e igual número para televisão; instalação de recepção em 510 escolas de 71 municípios do Rio Grande do Norte, das quais 10 receberam o sinal diretamente do satélite e cerca de 200 receberam via estação de superfície, retransmitindo o sinal do satélite próximo a elas.
1978	Lançado o Telecurso de 2º Grau, pela Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/SP) e Fundação Roberto Marinho, com programas televisivos apoiados por fascículos impressos, para preparar o tele-aluno para os exames supletivos
1979	Criação da FCBTVE - Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/MEC; dando continuidade ao Curso "João da Silva", surge o Projeto Conquista, também como telenovela, para as últimas séries do primeiro grau; começa a utilização dos programas de alfabetização por TV - (MOBRAL), em recepção organizada, controlada ou livre, abrangendo todas as capitais dos estados do Brasil;
1979 a 1983	É implantado, em caráter experimental, o Posgrad - pós-graduação Tutorial a Distância - pela Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - do MEC, administrado pela ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - com o objetivo de capacitar docentes universitários do interior do país;
1981	FCBTVE trocou sua sigla para FUNTEVE: Coordenação das atividades da TV Educativa do Rio de Janeiro, da Rádio MEC - Rio, da Rádio MEC-Brasília, do Centro de Cinema Educativo e do Centro de Informática Educativa;
1983/84	Início do "Projeto Ipê", da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da Fundação Padre Anchieta, com cursos para atualização e aperfeiçoamento do magistério de 1º e 2º Graus, utilizando-se de multimeios;
1988	"Verso e Reverso - Educando o Educador": curso por correspondência para capacitação de professores de Educação Básica de Jovens e Adultos MEC/Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), com apoio de programas televisivos através da Rede Manchete;
1991	A Fundação Roquete Pinto, a Secretaria Nacional de Educação

	Básica e secretarias estaduais de Educação implantam o Programa de Atualização de Docentes, abrangendo as quatro séries iniciais do ensino fundamental e alunos dos cursos de formação de professores. Na segunda fase, o projeto ganha o título de "Um salto para o futuro";
1992	Em 1992 foi criada a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância na estrutura do MEC.
1995	Em 1995, o governo federal cria uma Subsecretaria de EAD, no âmbito da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, responsável pelo Programa Nacional de EAD Lançamento da TV Escola, programa concebido e coordenado pelo MEC, em âmbito nacional, cujo objetivo é aperfeiçoar e valorizar os professores da rede pública e a melhoria da qualidade do ensino, por meio de um canal de televisão dedicado exclusivamente à educação.
1996	Criada, na estrutura do MEC, a Secretaria de Educação a Distância

Quadro 1 - Fatos mais relevantes da História da EAD NO Brasil.

Fonte: Adaptação do pesquisador¹

Destaque-se o fato que para cada uma dessas ações, muitas outras subsidiam sua efetivação. No processo de consolidação da EAD, um importante recurso para a difusão de tal modalidade de ensino. O SENAC e o SESC são significativos exemplos ao criarem a Nova Universidade do Ar que oferecia cursos comerciais através do rádio. Também importante foi a colaboração da Fundação Roberto Marinho, ao propor e disponibilizar espaços para a teleeducação, através do programa TELECURSO. Acrescentam-se as iniciativas privadas de suplementação educacional pela década de 1970 através de aulas televisivas e materiais impressos.

Em 1990 o Brasil avança consideravelmente quando cria a Universidade Aberta de Brasília (Lei 403/92), atendendo:

- a) Ampliação do conhecimento cultural: organização de cursos específicos de acesso a todos;
- b) Educação continuada: atendendo a diversas categorias profissionais de trabalhadores e também àqueles que já passaram pela universidade;

¹ SANTOS, Daniela. Revisão da Literatura: Educação à Distância. Disponível em:<
<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/revisao-da-literatura-educacao-a-distancia/20823/>> Acesso 31 agos 2011.

- c) Ensino superior: englobando tanto a graduação como a pós-graduação. (COSTA; FARIA, 2008)

Cabe destacar que tais iniciativas têm em seu histórico um reconhecimento pelas contribuições deixadas a EAD no Brasil, que vem ao longo do tempo legalizando muitas dessas ações e gerando outras já com amparo legal. Vejamos a seguir um pouco da legislação educacional para EAD.

Numa busca pela página do MEC é possível perceber o quanto a EAD tem avançado em termos legais. Sob o prisma da normalização da EAD, tem-se como marco cronológico a promulgação da Lei nº 9.394/96, que

[...] oficializa a era normativa da educação a distância no Brasil pela primeira vez, como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Pela primeira vez, na história da legislação ordinária, o tema da EAD se converte em objeto formal. (MARQUES, 2004, apud COSTA; FARIA, 2008, p. 4).

Consolidado o dispositivo legal, somado ao fato de que as corporações militares têm o aval de organizarem seus cursos de formação é que a EAD vem somar no processo de formação: “Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996).

Além dele, tem-se o Decreto Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). No referido decreto temos nas disposições gerais a caracterização da EAD como

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Pauta também em seu § 1º que a EAD deve organizar-se “[...] segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a

obrigatoriedade de momentos presenciais” para atividades propostas nos cursos. Conforme ainda tal decreto, a EAD pode ser ofertada desde a educação básica ao nível de doutoramento, incluindo, portanto as escolas de formação militares.

2.1.1 A organização do ensino na EAD

Neste momento em que vivemos, a educação passa por uma ressignificação de seu papel e também de seus modelos. Uma crise paradigmática se instalou e várias concepções de ensino permeiam as práticas e as situações de aprendizagem. A EAD nesta dimensão traz suas contribuições e influências. Segundo Behar² (ET all. 2007, p. 2)

[...] pode-se dizer que um novo espaço pedagógico está em fase de gestação, cujas características são: o desenvolvimento das competências e habilidades, respeito ao ritmo individual, a formação de comunidades de aprendizagem, redes de convivência (Behar, 2005)³. Será preciso dar foco à construção, à capacitação, à aprendizagem, a educação aberta e à distância, na gestão do conhecimento. Assim, conceitos como construção do conhecimento, autonomia, autoria, interação, construção de um espaço heterárquico, de cooperação, respeito mútuo, solidariedade; centrado na atividade do aprendiz, identificação e solução de problemas passam a ser os alicerces deste novo modelo que está emergindo.

A EAD, assim pode auxiliar na resolução de problemas educacionais e de formação ao propor um novo espaço no qual o uso de ferramentas tecnológicas contribui para a geração do ensino remoto. Nele, diferentes instancias e instituições podem diminuir o déficit educacional.

Todavia, uma concepção precisa de uma prática coerente. Pensando assim, destaca-se que a EAD possui uma estruturação própria e peculiar de desenvolvimento de modelos educativos. Assim, retomando a idéia principal de que a EAD é educação, numa dimensão em que professores e alunos mantêm um dialogo mediado pelo uso das TICS. Sendo assim, é um processo que requer um sistema de transmissão e estratégias adequadas às diferentes tecnologias utilizadas, isto é, técnicas especiais de comunicação.

² Conferir BEHAR; PASSERINO; BERNARDI (2007).

³ A referência em questão encontra-se na obra da mesma autora, porém não foi consultada por este pesquisador, mas refere-se a: BEHAR, P. A.; LEITE, Sílvia Meirelles. **Criando novos espaços pedagógicos na Internet: o ambiente RODA**. In: WWW/Internet 2005, 2005, Lisboa. Anais do. Lisboa: IADIS. v. 1. p. 3-10, 2005.

As novas tecnologias possibilitam superar modelos tradicionais, mudando o foco da instrução para o processo de aprendizagem, colocando em suas prioridades a adoção de formas inovadoras de relacionamento e interação entre os participantes, que enfatizem a aprendizagem contextualizada, a solução de problemas, a construção de modelos e hipóteses de trabalho e, especialmente, o domínio do estudante sobre o seu próprio processo de aprendizagem. (MARTINS; CARNEIRO; FABRE)⁴

Em segundo plano considerar que essas técnicas e instrumentos de comunicação não tornam o aluno apenas um receptor de informações e na mesma medida o professor, um receptor. O uso do computador permite diálogos múltiplos em múltiplos espaços de interação (*chats*, fóruns, *e-mail*, etc).

O fator tempo de estudo torna-se elemento favorável quando organizado de acordo com as necessidades e possibilidades do aluno. Esses elementos facilitam a organização dos estudos, contribuindo para uma resposta mais significativa aos conteúdos. A perspectiva do auto-estudo, na qual o aluno faz sua instrução através do material didático que é apresentado pelo curso e a vivência da supervisão e acompanhamento por parte dos professores envolvidos, coloca-se como alternativa viável num momento histórico que exige uma organização mais eficaz do tempo e das condições de aprendizagem. A adoção de meios impressos, eletrônicos ou mecânicos constitui-se base para o trabalho na EAD. Todavia, um curso formatado segundo a concepção e prática da EAD carece de uma organização diferenciada congregando diferentes técnicas e recursos. Segundo Martins (et all. s/a)

A EAD é globalizante e integradora, não se referindo a produtos, mas sim a processos, métodos e técnicas, o que caracteriza seu papel de mediadora numa relação onde professor e aluno estão fisicamente separados. Daí a necessidade, a nível pedagógico, de uma comunicação bidirecional mediada através de tecnologias adequadas, objetivando a formação integral dos alunos, de forma

⁴ A referida obra não dispõe de informações sobre ano e página. Está em um artigo publicado com a seguinte referência: MARTINS, Ademir da Rosa; CARNEIRO, Mára Lúcia; FABRE, Marie-Christine Julie M.; KELLER, Rodrigo dos S. O Suporte em Educação a Distância. Disponível em: < http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=72> Acesso em: 20 jul 2011

que se transformem em construtores do seu próprio conhecimento e não em meros receptores de informações.⁵

A organização de um curso a distância precisa de aportes pedagógicos e didáticos assim como técnicos e tecnológicos.

Aportes pedagógicos/ didáticos: incluem-se nesse campo, as intenções educativas de formação do aluno, envolvendo assim, concepções de educação e currículo, objetivos principais, métodos de ensino, conteúdo/módulos, métodos de avaliação do estudante e plano de estudo.

Aportes técnicos/ tecnológicos: incluem os suportes técnicos que auxiliam e diferenciam a EAD, principalmente o computador e a rede mundial de computadores (internet). Suportes aqui entendidos como os instrumentos que vão dar sustentação as atividades propostas na metodologia adotada pelo docente (AURÉLIO, 1998). Inclui a tecnologia no tocante a operacionalização como também a utilização dos softwares que acompanham os equipamentos.

Esses aportes consolidam a presença do aluno e professor nos ambientes virtuais de aprendizagem – AVA – os quais possibilitam o gerenciamento dos sujeitos de seus relatórios de acesso e de atividades, dos recursos para promover a interação e a proposição de atividades, a publicação de conteúdos. Tais ações pautam-se na utilização das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, como: *chats*, fóruns, diário de bordo, disponibilizar o livro com alguns conteúdos do curso, tarefas, glossário, etc.

⁵ Conferir: MARTINS, Ademir da Rosa; CARNEIRO, Mára Lúcia; FABRE, Marie-Christine Julie M.; KELLER, Rodrigo dos S. **O Suporte em Educação a Distância. Disponível em: < http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=72> Acesso em: 20 jul 2011**

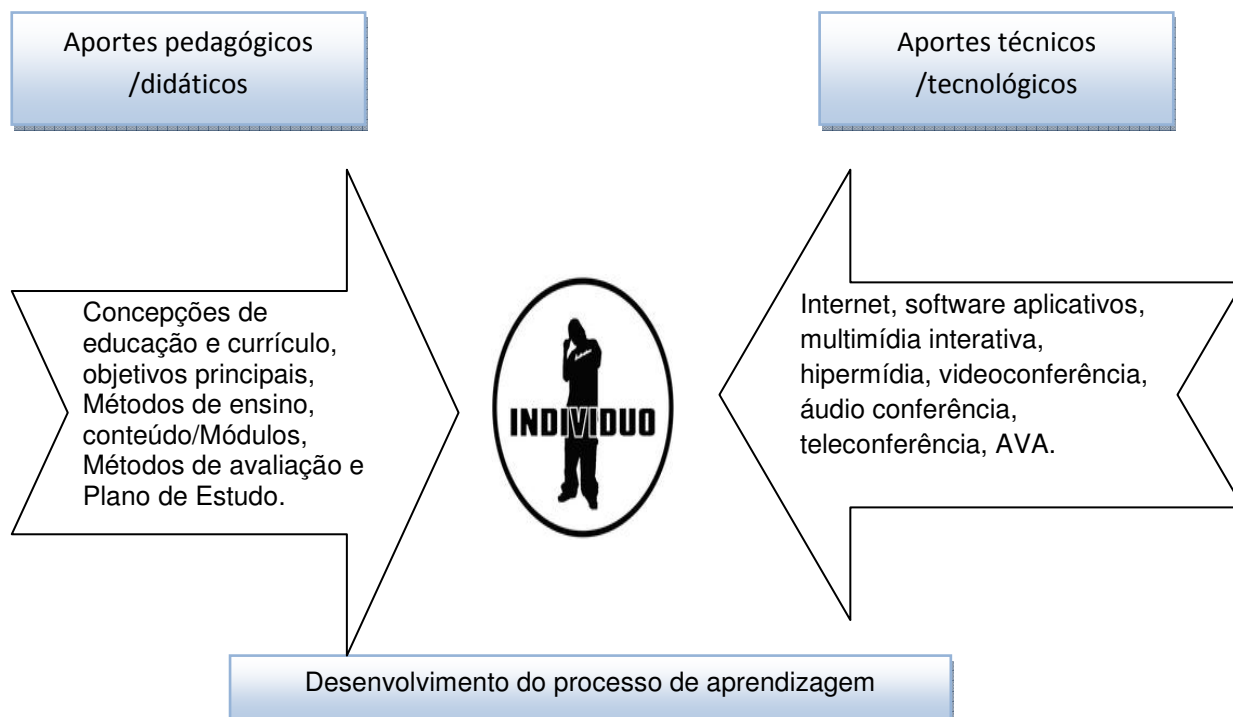


Figura 01⁶ – Aportes para o desenvolvimento do processo de curso a distância

Fonte: autoria do pesquisador

Destaca-se que as novas tecnologias aplicadas ao ensino à distância exigem uma estrutura de comunicação pedagógica que se baseia nos mesmos elementos do sistema geral de comunicação: o professor (emissor), o aluno (receptor), o método (canal de transmissão) e os conteúdos (mensagem). Diante das considerações apresentadas intercalam-se outras sobre a formação profissional da segurança pública no formato da EAD.

2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA E EAD

⁶ Imagem utilizada – Fonte: mariapeinadot2pnfinft4.blogspot.com

O ensino pode ser compreendido como processo de construção de conhecimentos a partir da adoção de técnicas que possibilitem a compreensão de informações, esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação, visando à formação, o aperfeiçoamento, a habilitação, a especialização, o tratamento e a adaptação. Particularmente, o ensino na formação policial militar coloca-se como um processo contínuo e progressivo, constantemente atualizado e aprimorado, que visa propiciar uma educação sistemática por intermédio de fases de estudo e da prática de exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional geral considerando as demandas sociais e históricas.

O ensino policial militar tem como objetivo proporcionar a preparação básica para as atividades profissionais, de forma a adaptar-se com flexibilidade às novas condições de emprego organizacional, além de sedimentar a construção cultural e institucional, com base nos princípios da hierarquia e disciplina, respeitando valores individuais e despertando o interesse para o pensamento reflexivo, e possibilitando ainda ao policial militar o necessário discernimento, evitando atitudes comportamentais automatizadas, desenvolvendo mentalidade de respeito às leis, dedicação ao cumprimento do dever, senso de responsabilidade e interesse pela comunidade.

No que se refere à parte policial militar, a ênfase é dada aos assuntos diretamente relacionados com o policiamento e tem por objetivo a educação do policial militar e a criação de hábitos profissionais, desenvolvendo qualidades e aptidões indispensáveis ao bom desempenho das missões. Entre as qualidades e aptidões indispensáveis ao desenvolvimento da atividade policial militar destacam-se: chefia e liderança, capacidade de decisão, controle emocional, lisura, urbanidade e conhecimento técnico.

Destaca-se o fato de que no caso da formação policial militar têm-se duas frentes de orientação: a instrução e o treinamento que carecem de sistematização para seu desenvolvimento. Desse modo, torna-se relevante delinear as concepções referentes a cada um para que possamos desse modo, vislumbrar a proposta de formação utilizando a modalidade a distância como base formativa. (BRASIL, 1997)

Instrução é o processo permanente de ensino-aprendizagem que propicia ao indivíduo ser orientado e atualizado constantemente; seja de caráter social ou profissional. É um conjunto de procedimentos formais utilizado pela corporação para propiciar a constante e adequada qualificação do policial militar, promovendo

atualização e difusão de conhecimentos, atitudes e habilidades que aperfeiçoem a qualificação do policial militar de forma que sua conduta resultante contribua para a busca da excelência do serviço prestado. (BRASIL, 1997)

Quanto ao conceito de treinamento pode-se começar afirmando que mesmo na doutrina militar, o treinamento (conceito genérico no meio empresarial) é considerado de forma diversa, porém existindo uma distinção entre treinamento e instrução, conforme veremos (BRASIL, 1997). Na doutrina policial militar, treinamento é o procedimento que tem como objetivo específico à padronização de tarefas e melhorar o desempenho profissional. O treinamento proporciona às pessoas a ampliação da capacidade em adquirir novos conhecimentos, tornando-as hábeis nas suas funções, conscientes daquilo que venham a fazer, resolutos nos objetos a serem atingidos.

Pode-se afirmar que as atividades de treinamento objetivam uma transmissão de informações, consideradas como elemento essencial em muitos programas internos, cujo objetivo é possibilitar a interação dos escalões de direção com os escalões de execução; nesse percurso existem as modificações de atitudes, objetivando a mudança comportamental para atualização de contextos situacionais; o desenvolvimento de habilidades, visando habilitar o profissional a desempenhar melhor sua função atual e, finalmente, o desenvolvimento conceitual, visando obter conhecimento de contextos institucionais e gerais, possibilitando desenvolver a compreensão do que está fazendo e sua participação no contexto geral.

No que se refere à parte policial militar, a ênfase é dada aos assuntos diretamente relacionados com o policiamento e tem por objetivo a educação do policial militar e a criação de hábitos profissionais, desenvolvendo qualidades e aptidões indispensáveis ao bom desempenho das missões que se entende poder ocorrer através da formação contínua.

A formação contínua, em serviço, ou continuada coloca-se como uma necessidade, bem mais que uma exigência às instituições formativas. Entende-se ser esta uma possibilidade de melhor atender as demandas sociais dos serviços prestados pelos profissionais. Um profissional consciente, segundo Hypolitto (2004, p. 1):

[...] deve saber que sua formação não termina na Universidade. Formar (ou reformar) o formador para a modernidade através de uma formação continuada proporcionará ao mesmo, independência profissional com autonomia para decidir sobre o seu trabalho e suas necessidades.

A SENASP, através da Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública (2008, p.6) corrobora com esta afirmação ao dizer:

[...] o investimento e o desenvolvimento de ações formativas são necessários e fundamentais para a qualificação e o aprimoramento dos resultados das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública frente aos desafios e às demandas da sociedade.

Freire (1991, p. 58) coloca em sua obra, que a formação continua é uma aquisição madura do ser humano na sociedade moderna, que implicará uma reflexão que permeie a prática profissional e de vida, “para que o homem se mantenha vivo, energizado, atuante no seu espaço histórico, crescendo no saber e na responsabilidade”.

Não podemos fugir a realidade que se impõe: a modernidade exige transformações que implicam adaptação, atualização e aperfeiçoamento, pois os avanços tecnológicos e científicos promoveram uma revolução no tocante a circulação de informações. Estas por sua vez promoveram a proximidade dos espaços e das idéias, subsidiando diferentes formas de convivência social.

Percebe-se que a formação inicial recebida nos centros de qualificação e treinamento profissional não consegue oferecer suporte para a diversidade de situações que se colocam no dia-a-dia dos profissionais. Estes espaços fornecem conceitos e idéias, a matéria-prima da especialidade do profissional, que não pode se manter passivo, tendo em vista que, relacionar teoria e prática num contexto mutável coloca-se como tarefa árdua.

Diante da compreensão da necessidade e validade da formação continuada, trazemos a discussão outra situação reflexiva: a formação do policial militar no contexto da sociedade moderna. Questionamos inicialmente, como e

quando realizar a formação continuada de tais profissionais? Nos fins de semana? E seus momentos justos de descanso? Em serviço? O que implicaria?

Refletir sobre isso conduz a outra realidade que envolve aspectos financeiros e muita vontade política, necessários a uma proposição de mudanças. Não adianta construir prédios destinados ao treinamento, pois acarretaria a disponibilidade de instrutores permanentes nos locais. Mas a atualização e o treinamento é uma exigência da modernidade. Então, há de se buscar alternativas que possam contribuir no sentido de melhor preparar os profissionais e ao mesmo tempo não se constituir em elementos que exijam do Estado dispor de somas financeiras, criando alegações de falta de recursos. Voltamos ao ponto inicial e objeto de estudo deste trabalho: a EaD como alternativa de curso de treinamento para os policiais que operam nas cidades interioranas do RN.

2.2.1 Treinamento e educação a distância: entre as exigências da formação policial e os formatos didáticos

O assunto treinamento é destacado na sociedade na intenção de se obter um serviço de qualidade; há que se ressaltar que o homem, mesmo primitivo, ao viver em sociedade começou a desenvolver suas habilidades e procurou constantemente aprimorar seus conhecimentos. Com novas descobertas e pondo-as em prática junto à comunidade em que vivia, o ser humano começou a desenvolver a interação e conseqüentemente, o treinamento.

Hoje, mais do que nunca, o homem necessita estar constantemente informado e bem orientado, para que face ao crescimento constante da tecnologia, colocada em benefício do mesmo para a melhoria da qualidade de vida, como também, na qualidade do serviço prestado, possa motivar-se a aprender.

O profissional, sentindo-se motivado participa ativamente e de forma mais consciente do cotidiano da organização; tornando-se responsável pelo sucesso desta, perante a sociedade. A falta de motivação neutraliza o ser social e o seu comportamento será de passividade a tudo que ocorre ao seu redor provocando o não fazer ou fazer mal feito.

Para adquirir novos conhecimentos o homem precisa estar bem informado, instruído, resultando em novos procedimentos e experiências, realçando seu relacionamento, seu desempenho e a confiabilidade. O treinamento do homem

numa organização é destacado pelo aumento da produtividade e da elevação da auto-estima de seus integrantes, por conseguinte a supervisão e os acidentes são reduzidos, ocorrendo assim o aumento na estabilidade e flexibilidade da organização.

Toda instituição que almeja o sucesso busca investir na preparação e treinamento de seus funcionários, de seus recursos humanos. E as formas são as mais variadas. A qualidade de vida e o desempenho profissional de cada cidadão dependem, fundamentalmente, da qualidade de preparação que ele recebeu. Portanto, as organizações que almejam sucesso naquilo que fazem, devem se preocupar sobremaneira com a busca da excelência na qualificação de seus recursos humanos.

A idéia de estabelecer parcerias que venham a fortalecer o processo de qualificação das forças policiais brasileiras, e buscar reduzir os níveis de violência no país tem se constituído preocupação de muitos segmentos da sociedade brasileira. Essa preocupação já desencadeou muitas ações por parte dos órgãos de formação da segurança pública, inclusive a criação em 2005 da Rede Nacional de Educação a Distância. A autoria de tal criação deve-se a Senasp / MJ, em parceria com a Academia Nacional de Polícia (ANP).

A Rede Nacional de Educação a Distância constitui-se uma escola virtual destinada exclusivamente aos profissionais de segurança pública no Brasil, tendo como objetivo, viabilizar o acesso gratuito de profissionais das policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais e rodoviários federais aos processos de aprendizagem, independentemente das limitações geográficas e sociais existentes. A perspectiva adotada pela SENASP fez iniciar um novo ciclo para a formação, no qual se alterou o paradigma de ensino nos moldes regulares presenciais, implantando a educação à distância como nova modalidade de ensino-aprendizagem no âmbito da segurança pública.

Compreende-se que a EaD amplia a capacidade de alcance das informações e conhecimentos, atingindo aqueles profissionais que estão na ponta do sistema. A adoção e utilização de métodos considerados tradicionais de ensino não têm dado conta das diversidades regionais e de formação. A capacitação exclusivamente pelas vias presenciais considerando as restrições de custo, tempo, distância e disponibilidade, já não atendem aos desafios educacionais e de treinamento da área de segurança pública brasileira. Os gastos com deslocamentos

e hospedagens, e as dificuldades relacionadas aos afastamentos dos locais de trabalho para participação em cursos presenciais, restringem o número de pessoas ao acesso a educação.

Em sentido contrário, a utilização das novas tecnologias agora aplicadas à educação, especialmente a televisão por satélite e a internet, proporcionam a difusão do conhecimento para contingentes cada vez maiores. A redução de custos colabora na medida em que cresce o número de participantes no aprendizado. Tal situação justifica todo o investimento feito com equipamentos e o desenvolvimento de conteúdos.

Por que investir em cursos de treinamento? O que justifica uma formação continuada à distância? Considera-se nessas questões, inicialmente que a segurança pública é um bem público, e se constitui, ao mesmo tempo, um direito do cidadão e um dever do Estado que se orienta para a manutenção da ordem. Este dever, que sustenta o direito, precisa se basear na eficiência para transmitir a população não apenas a sensação de segurança, mas a certeza de um trabalho eficaz. Assim, torna-se essencial que o trabalho, a ação policial, fuja aos conceitos mais arcaicos de segurança, nos quais predominava a concepção de polícia como instância de repressão cuja imagem se associava a violência legalizada.

No caso da Segurança Pública tem-se a criação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP, um subprograma vinculado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI cujo objetivo versa sobre “incutir na mentalidade média dos agentes de segurança pública não apenas o pensamento técnico-científico, mas, sobretudo, os fundamentos dos direitos humanos e da civilidade ética e cidadã” (BUENO AYRES, 2008, p. 3).

A Senasp, alinhada às possibilidades trazidas pela modalidade à distância, implementou em 2005 a Rede Nacional de Educação a Distância. A Rede é responsável por ofertar cursos que possibilitam a formação continuada dos profissionais da área de Segurança Pública. (BRASIL, 2008, p.37)

Destacar a RENAESP e a SENASP, objetiva demonstrar as iniciativas de formação que estão sendo realizadas a partir de ótica da parceria institucional com

universidades, buscando a construção de uma formação mais atualizada e em diferentes moldes. (BUENO AYRES, 2008).

Conforme Bueno Ayres, (2008, p. 4) a criação de diferentes cursos e formatos assegura “uma educação continuada, integrada, qualificada e gratuita aos profissionais de segurança pública.” No escopo disso houve a criação da **Matriz Curricular Nacional**, que serve como guia para a organização de programas de difusão dos saberes e competências necessárias a formação em segurança pública e áreas conexas. Em linhas gerais, a MCN propõe

[...] ser um referencial teórico-metodológico que orienta as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares – independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender. (BRASIL, 2008, p. 6).

Além de apresentar um conjunto de conteúdos que poderão compor a organização curricular a MCN faz alusão também aos aspectos metodológicos do ensino. Afirma ser importante ressaltar que, as mudanças almejadas necessitam que também se modifiquem as metodologias de ensino, pois “são decisivas, incluindo o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes” (BRASIL, 2008, p. 31).

O referido documento aponta também “a contribuição das tecnologias da comunicação e informação para o processo educacional e, principalmente, para a educação a distância” (BRASIL, 2008. p. 37). Entende-se tal intenção devido ao crescimento de tal modalidade e sua funcionalidade diante das adversidades do cotidiano que muitas vezes podem dificultar o acesso ao conhecimento. Destaca nessa modalidade, o formato que oportuniza ao aluno/profissional gerenciar seu tempo e local de aprendizagem.

As bases da EaD no Brasil foram estabelecidas pela Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 ao estabelecer que “Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Também se configura como eixo legal, o Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998 que regulamenta o referido artigo da Lei 9.394/96, caracterizando a educação

à distância e normatizando a sua oferta nos diferentes níveis e modalidades de ensino que diz:

Art. 1º - Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Além desses, o Decreto nº 2.561 de 27 de abril de 1998, que altera a redação dos art. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494 e regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, versa sobre o credenciamento de instituições, assim como, a Portaria Ministerial nº 301 de 09 de abril de 1998.

O documento Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (BRASIL, 2008, P. 37) coloca que

[...] muitos centros de formação e academias estão utilizando os cursos da Rede Nacional de Educação a Distância como parte dos currículos das Ações Formativas que executam na modalidade presencial. Tais arranjos permitem uma dinamicidade ao currículo, possibilitam a integração dos profissionais, minimizam custos e promovem a unidade de pensamento e ação.

No entanto, pode-se muito bem alargar a formação, utilizando outro recorte metodológico para a execução do treinamento em serviço. Treinamento é o procedimento que tem como objetivo específico à padronização de tarefas e melhorar o desempenho profissional. O treinamento proporciona às pessoas a ampliação da capacidade em adquirir novos conhecimentos, tornando-as hábeis nas suas funções, conscientes daquilo que venham a fazer, resolutos nos objetos a serem atingidos.

Nas corporações policiais militares, o treinamento ajuda a manter padrões de qualidade, pois envolve uma mudança de comportamento no policial militar, permitindo o desenvolvimento e a renovação do potencial humano, com o propósito

de levá-los a alcançar seus objetivos. O objetivo principal do treinamento como forma de aprimoramento profissional é a mudança de comportamento e filosofia do trabalho. Conhecimentos que podem ser adquiridos de diferentes maneiras e em diferentes espaços/tempos.

Pode-se afirmar que as atividades de treinamento objetivam uma transmissão de informações, consideradas como elemento essencial em muitos programas internos, cujo objetivo é possibilitar a interação dos escalões de direção com os escalões de execução; nesse percurso existem as modificações de atitudes, objetivando a mudança comportamental para atualização de contextos situacionais; o desenvolvimento de habilidades, visando habilitar o profissional a desempenhar melhor sua função atual e, finalmente, o desenvolvimento conceitual, visando obter conhecimento de contextos institucionais e gerais, possibilitando desenvolver a compreensão do que está fazendo e sua participação no contexto geral.

O homem necessita de treinamento constante para desenvolver suas atividades, uma vez que o processo de formação técnica ou acadêmica não o habilita o suficiente para exercer sua profissão diariamente. O ser humano não é uma máquina que está programada para agir sempre da mesma forma. Toda e qualquer instituição, pública ou privada, para sobreviver no mercado de trabalho, tem por obrigação motivar seus profissionais na busca pela qualidade do serviço, e só obterá o resultado satisfatório, investindo na instrução e no aprimoramento profissional.

Diante do exposto, e das questões apresentadas, que podem se desdobrar em muitas outras, surge a intenção de sistematizar um processo de formação continuada a partir da compreensão da EAD como possibilidade de intervenção educativa junto aos profissionais da segurança pública, especificamente, a PMRN. Seria este formato de educação viável na formação continuada de profissionais da polícia militar no interior do RN?

3 A CONSTRUÇÃO DOS DADOS EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO

Perder tempo em aprender coisas que não interessam, priva-nos de descobrir coisas interessantes. (Carlos Drummond de Andrade)

Refletir sobre a possibilidade de adotar a educação a distância como modalidade de ensino que utiliza as tecnologias da informação e da comunicação como instrumento para a formação continuada de policiais militares que atuam nas localidades distantes da sede do Quartel do Comando Geral da PMRN, coloca-se como o principal objetivo deste trabalho.

Para dar conta desta intenção, colocaram-se como desdobramentos alguns objetivos específicos: Identificar o formato atual dos cursos de treinamento ofertados aos policiais militares que atuam nas localidades distantes da sede do comando geral da PMRN; demonstrar a viabilidade do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação para o desenvolvimento dos cursos de treinamento nas OPMS do interior do Estado do RN e pro fim, propor uma estrutura curricular para o curso de treinamento elencando os elementos e metodologias compatíveis a modalidade de EaD.

Os objetivos propostos e perseguidos tiveram como base questões que muito nos preocupou: Como estão ocorrendo os cursos de treinamento para policiais militares no interior do RN? E complementando este pensamento, se o uso das novas tecnologias da informação e comunicação seria viável na formação continuada de profissionais da Polícia Militar no interior do Estado?

Tais intenções requerem um conjunto de ações para sua realização. Temos clareza, no entanto, que o processo de construção da pesquisa não é uma tarefa fácil. É necessário ao pesquisador, olhar os fatos e estabelecer critérios de análise e reflexão que visam oferecer ao trabalho uma maior consistência teórica e demonstrar o caráter científico da investigação. Para realizar o percurso da ação é preciso considerar diferentes aspectos que envolvem as questões propostas.

Na tentativa de acrescentar mais informações sobre o tema em questão, definiu-se essa pesquisa como do tipo qualitativa que se caracteriza pela utilização de múltiplos modos de coletar dados. A abordagem qualitativa consiste numa tentativa de compreender uma dada situação, considerando os significados e

características situacionais apresentadas em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. Tem-se a intenção de localizar as concepções e/ou condutas das pessoas em um contexto histórico ou estrutural, superando as práticas puramente descritivas. (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Essa abordagem prevê um momento inicial, denominado de fase exploratória, que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. E, complementando, a autora Prestes (2003, p. 26), diz:

[...] por meio da pesquisa exploratória, pode-se avaliar a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho satisfatório, o que vai permitir o estabelecimento dos critérios a serem adotados, bem como dos métodos e das técnicas mais adequados.

Fez-se uso de uma pesquisa descritiva, que pretende ir mais além do simples registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos em estudo, procurando identificar quais são seus fatores determinantes. Considerando as orientações de Gil⁷ entende-se ter este trabalho, características de uma pesquisa descritiva, pois pretende-se caracterizar uma situação existente, conforme o referido autor.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...] e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

A pesquisa em questão não intencionou apenas identificar como ocorre o treinamento dos policiais militares no interior do Estado do RN, mas propor outra modalidade de curso de treinamento. Para isso o levantamento das informações, a edificação de concepções, a reflexão e o (re) direcionamento teórico-metodológico deu-se mediante o levantamento bibliográfico de títulos pertinentes às questões elaboradas; a partir de sua leitura, interpretação e a construção de idéias, apresentamos nosso referencial teórico.

⁷ Conferir: GIL, Antonio C. **Como classificar as pesquisas?** Disponível em: <[HTTP://www.professordilson.pro.br](http://www.professordilson.pro.br)> Acesso em 08/ago/ 2010. 17h54.

Toda pesquisa requer a definição de um conjunto de técnicas que possibilitem a construção dos dados. Particularmente, contou-se neste trabalho com uma pesquisa bibliográfica que veio subsidiar o processo de ampliação dos conhecimentos sobre o objeto de estudo.

Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 71)

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos.

Estes argumentos demonstram a importância e necessidade de tal empenho, justificando as escolhas teóricas aqui realizadas. No caso da pesquisa de campo, esta se fez necessária em virtude do próprio objeto. Definiu-se como área de investigação a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente a Diretoria de Ensino (DE) e alguns instrutores (20).

Uma segunda fase da pesquisa foi marcada pela intenção de conseguir informações que não foram possíveis somente através da pesquisa bibliográfica, optando-se pela aplicação de questionário misto à pessoas ligadas à área de ensino policial militar. O enfoque dado aos questionamentos teve por objetivos diagnosticar ou mesmo traçar um perfil de como está acontecendo o treinamento dos Sargentos da Corporação.

Segundo Laville e Dionne (1997, p. 175-6)

[...] para coletar informações a propósito de fenômenos humanos, o pesquisador pode, segundo a natureza do fenômeno e a de suas preocupações de pesquisa, ou consultar documentos sobre a questão, ou encontrar essa informação observando o próprio fenômeno, ou ainda interrogar pessoas que o conhecem.

O questionário é a organização de uma série de perguntas sobre o tema visado, na qual se oferece aos interrogados, uma opção de resposta “definida a partir de indicadores, pedindo-lhes que assinalem a que corresponde melhor a sua opinião” (LAVILLE e DIONNE, 1997, p. 183).

Desse modo, optou-se pela técnica do questionário, que foi aplicado a vinte instrutores da PMRN. Entendemos que o questionário embora seja apenas “um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto” ele ainda constitui-se um instrumento válido e importante na pesquisa científica (CHAGAS, 2000). Nele foram ordenadas perguntas ligadas às questões norteadoras, com a finalidade de obter informações válidas, em termos de condições, aplicabilidade e validade do instrumento. Foram redigidas 08 perguntas do tipo abertas e aplicado a um total de 20 instrutores, entre maio e junho de 2011 no período de expediente administrativo. As perguntas do tipo aberta permitem ao pesquisador que ele obtenha respostas mais livres do informante, e possíveis justificativas. No quadro abaixo temos a correspondência entre as questões e os objetivos traçados neste trabalho. Sua exposição visa explicitar e sanar possíveis incompreensões.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO
Identificar o formato atual do cursos de treinamento ofertado aos policiais militares que atuam nas localidades distantes da sede do comando geral da PMRN	1. Responda: a) Como acontecem as capacitações e atualizações, bem como os treinamentos aos policiais no interior do Estado? b) Que recursos são utilizados? c) Que atividades são propostas? d) Que dificuldades a PM encontra para implementar as capacitações e atualizações, bem como os treinamentos aos policiais no interior do Estado?
Demonstrar a viabilidade do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação para o desenvolvimento dos cursos de treinamento nas OPMS do interior do Estado do RN.	a) Que vantagens o ensino à distância pode proporcionar à Corporação? b) Em sua opinião, utilizando uma rede informatizada corporativa, o ensino à distância pode ser implementado? () Sim () Não () Em parte
Propor uma estrutura curricular para o curso de treinamento elencando os elementos e metodologias compatíveis a modalidade de EaD.	a) Que sugestões você pode apresentar para a efetiva implantação do ensino à distância na Corporação?

Quadro 2 - Correspondência entre as perguntas dos questionários e os objetivos específicos.

Fonte: Organização das questões elaboradas pelo autor (pesquisador).

O delineamento da pesquisa comportou ainda a análise documental e a aplicação de questionários. A análise de documentos, aqui considerados na perspectiva que Alves Mazzotti (1998, p. 169) coloca “considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”. Tais registros têm condições de explicar e justificar fatos, auxiliar na “compreensão de um processo ainda em curso ou para a reconstituição de uma situação passada”. Justifica-se, desse modo o uso de documentos de natureza técnica e oficial, assim como de outros que se fizerem necessários.

Tais procedimentos, propostos na metodologia deste trabalho buscou responder aos objetivos delimitados. A conjugação das técnicas apresentadas permitiu recorrer a várias perspectivas sobre a situação estudada o que possibilitou

proceder a comparações efetuando uma triangulação das informações obtidas. (CALADO; FERREIRA, 2005)⁸.

Quanto à pesquisa exploratória, esta fase constituiu-se em visitas previamente agendadas as unidades formativas da PMRN, onde os profissionais atuavam para definir de forma mais decisiva nossos sujeitos. A partir dela construímos o perfil do campo e dos sujeitos⁹.

O universo ou população do estudo é o conjunto de sujeitos que apresentam uma ou mais característica comuns, isto é, “a **população** se refere a *todos* os casos ou situações as quais o pesquisador quer fazer inferências ou estimativas”¹⁰. No presente estudo, a população foi constituída de oficiais que atuam na formação de sargentos, o qual foi definido com elemento da proposta de ação neste trabalho. Assim, foi utilizada a amostra intencional, pois a pesquisa ateve-se a opinião de determinados elementos da população, não representando estes a população.

3.1 ESPAÇO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO: OS DADOS CONSTRUÍDOS E UMA LEITURA POSSÍVEL

O sistema de ensino da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de características próprias, tem a finalidade de qualificar recursos humanos para a ocupação de cargos policiais militares e para o desempenho de funções previstas em lei, voltadas para a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

O sistema de ensino da Polícia Militar compreende, portanto, as atividades de educação, de treinamento e de pesquisa, realizadas nos estabelecimentos de ensino próprios e de outras organizações policiais militares com tais incumbências.

Os resultados da pesquisa, conforme tabulação dos dados expostos, consolidam as hipóteses que permearam este trabalho, quanto aos limites e

⁸ CALADO, Silvia dos Santos; FERREIRA, Silvia C. dos Reis. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. Metodologia da investigação I. DECFUL, 2004/2005. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>. Acesso em: 08-ago-2010. 18h39.

⁹ **Esclarecimentos:** os profissionais que atuam como instrutores não tem dedicação apenas as tarefas, mas atuam nas atividades de policiamento ostensivo.

¹⁰ Disponível em <http://leg.ufpr.br/~paulojus/CE003/ce003/node3.html> Acesso em 20 jun 2011

possibilidades da formação dos Sargentos da Corporação a partir da proposta de ensino a distância.

3.1.1 Sujeitos: suas experiências, conhecimentos e posicionamentos

Esta fase consolida o trabalho de levantamento das informações a partir das questões organizadas em blocos, considerando os objetivos propostos. Para o objetivo inicial tínhamos que identificar o formato atual dos cursos de treinamento ofertados aos policiais militares que atuam nas localidades distantes da sede do comando geral da PMRN.

O corpo docente do sistema de ensino da Polícia Militar é formado por policiais militares da ativa, da reserva remunerada e de civis, especialmente credenciados pelo órgão de direção setorial de ensino, os quais serão designados para o exercício **temporário** das funções de professor, instrutor, monitor e outras necessárias ao ensino policial-militar.

Com base em trabalho de pesquisa anterior (SANTOS, 2009)¹¹ apresentamos o perfil dos instrutores que atuam na PMRN. Foi levantado o nível de escolaridade dos Oficiais Instrutores no qual obtivemos os seguintes resultados ora apresentados. Observa-se que na sua maioria os Oficiais Instrutores são detentores de curso superior ou estão cursando, e àqueles 18% relacionados com apenas o ensino médio são os que não realizaram o CFO.

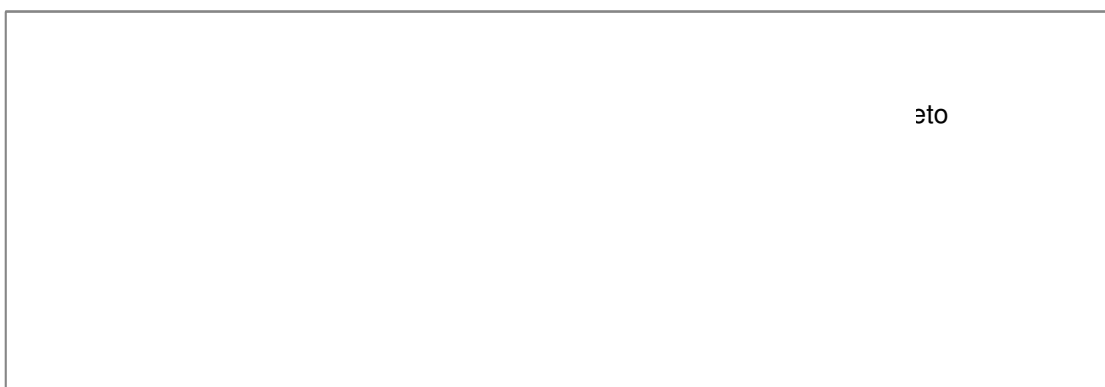


Gráfico 01 – Nível de escolarização dos instrutores da PMRN
Fonte: SANTOS e SANTOS, 2009.

¹¹ SANTOS, Francisco Flávio M; BOGGIO, M^a Tereza M. dos Santos. Treinamento do soldado da Polícia Militar do Rio Grande do Norte: uma visão crítica. (Monografia apresentada no Curso Superior de Polícia - PMRN, 2009)

Uma questão importante versou sobre a média de tempo de serviço dos Instrutores do CFAPM. Constatou-se que na maioria, os Instrutores do CFAPM são profissionais com mais de dez anos de serviço, representando 65%. Representando portanto, detentores de experiência profissional válida a ser transmitida aos Alunos em formação.

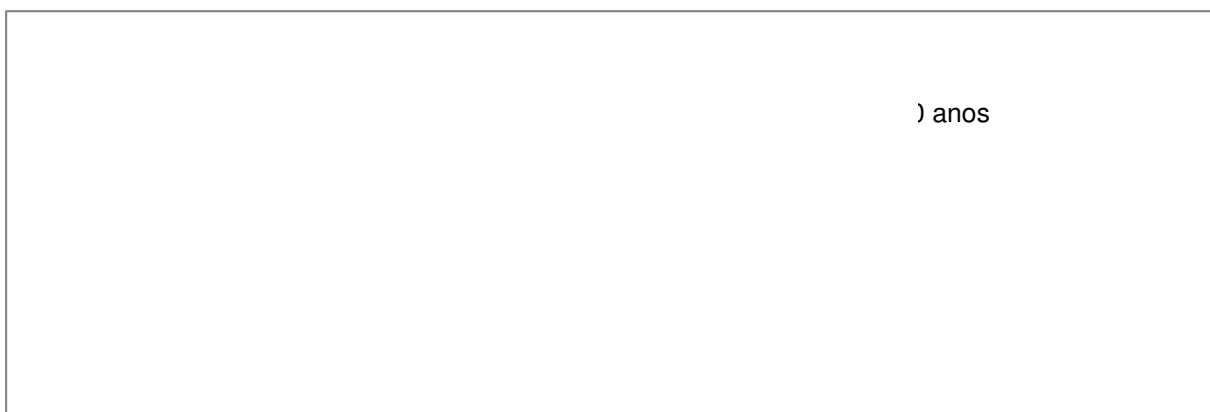


Gráfico 02 – Tempo de serviço
Fonte: SANTOS e SANTOS, 2009.

Em média, há quanto tempo esses Instrutores desempenham essa função? A resposta a essa questão, demonstrou que a maioria dos Instrutores do têm pouco tempo no exercício na função, percentual de 43%. Uma realidade que demanda a necessidade de estudos específicos sobre a qualificação pedagógica dos mesmos a forma adequada de utilização de tais profissionais.

Ao se questionar em como acontecem as capacitações e atualizações, bem como os treinamentos aos sargentos da PMRN no interior do Estado, quais recursos são utilizados e que atividades eram propostas, obtivemos as seguintes informações, ora expressas. Salientamos que devido a extensão de tal trabalho citaremos apenas algumas das falas de nossos sujeitos.

O informante 1: “não existem treinamentos regulares para os sargentos da PMRN”. (informação verbal aos pesquisadores em maio de 2011).

O informante 5 afirmou: “Infelizmente na nossa Corporação não existe treinamentos regulares; tem conhecimento que apenas o BOPE e CIPAM treinam os seus efetivos”. (informação verbal aos pesquisadores em maio de 2011).

O informante 6 “ainda faltam as condições físicas desejáveis, um corpo de instrutores permanente e o tempo de formação estão curtos para a gama de conhecimentos que necessitam ser transmitidos. (informação verbal aos pesquisadores em maio de 2011).

O informante 16 afirmou que “faltam condições físicas ideais, corpo de instrutores permanentes, a instrução descentralizada nos moldes atuais é prejudicial à formação e o tempo de formação previsto e planejado foi reduzido (informação verbal aos pesquisadores em maio de 2011).

O quadro abaixo ilustra as situações encontradas:

Instrutores	Realização de capacitação	Recursos utilizados	Atividades propostas
1,2,5,7,9	Esporádicas	Vídeo e DVD – exposição oral	Discussão
3,4,6,15,17	Insuficientes	Aula expositivas com emprego de quadro branco	Perguntas e respostas direcionadas: estudo dirigido
8, 12, 13,14, 20	Descontextualizadas	Retroprojektor e exposição instrucional	Perguntas e respostas
10, 11,16, 18,19	Despadronizadas	Mistura de recursos	Perguntas e respostas

Quadro 3 – Apresentação das respostas a questão 1

Fonte: Questionários aplicados em maio de 2011 pelo pesquisador

Estes primeiros resultados apontam muitos elementos a serem analisados, visando pensar uma proposta de educação num formato a distância: o planejamento, os materiais didáticos e as atividades formativas.

Iniciemos analisando a periodicidade de oferta dos cursos e sua forma: esporádicas, insuficientes, despadronizadas e descontextualizadas, demonstra que o **planejamento** carece de mais efetividade. O planejamento sendo um processo de previsão de racionalização e otimização de recursos humanos e materiais, de forma eficaz, requer o respeito a objetivos concretos e prazos. Libâneo (1994, p. 222) ainda salienta que:

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo, é, antes, a atividade consciente da previsão das ações político – pedagógicas, e tendo como referência permanente às situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural) que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que integram o processo de ensino.

Considerando que muitas são as concepções que envolvem o processo de aprendizagem, partimos da perspectiva que a formação de profissionais precisa ter como eixo fundamental o pensamento crítico e produtivo. Dessa forma, o ensino precisa pautar-se num conceito de atividade consciente, através da qual a ação do aluno seja intencional, desenvolvendo a capacidade de resolução de problemas do mundo real, a partir de

[...] diversas instâncias – técnica, interpessoal, política, social etc. – que é construída a partir de uma enorme gama de conhecimentos e metodologias que ele articula, mobiliza e usa, quando se depara com um problema que precisa ser resolvido no exercício de sua atividade. (LEITÃO, 2005, p. 4).

Essas afirmações vieram a corroborar na compreensão de que é urgente uma reflexão sobre o treinamento contínuo dos profissionais da segurança pública em vista das mudanças que vem se processando neste final e início de séculos. Mudanças que exigem um conhecimento profissional mais profundo e uma constante atualização técnica por parte também dos instrutores, pois a forma de condução do ensino também se reflete nas atividades propostas.

Nesse aspecto há de refletir sobre o que estão sendo propostas como tarefas para verificação da compreensão ou desenvolvimento de destrezas nos profissionais. As tarefas escolares¹² devem ser planejadas pelos professores, indicadas no desenvolvimento das aulas para serem realizadas pelos alunos conforme orientação e objetivando a aprendizagem dos mesmos.

Pela fala dos informantes, infere-se que esse processo de planejamento que envolve os aspectos mencionados, não ocorre de maneira eficiente e sua ação não parece ser eficaz.

Quanto ao segundo bloco de questões, que se pautavam pelo objetivo de demonstrar a viabilidade do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação para o desenvolvimento dos cursos de treinamento nas OPMS do interior do Estado do RN, tivemos 02 questões mistas.

¹² A CENTRALIDADE DAS TAREFAS ESCOLARES NAS PRÁTICAS ESCOLARES CONSTRUTIVISTAS – disponível em:< www.anped.org.br/reunioes/23/textos/2030t.PD>

Instrutores	Vantagens o ensino à distância ¹³	Implementação do EAD na OPM
1,2,5,7,9, 10, 11,16, 18,19	Agilizaria o tempo - organização	Sim, em todos os informantes
Todos	Possibilitaria o não afastamento físico da área (trabalho e família)	
8, 12, 13,14, 20,19, 16	Diminuiria os gastos pessoais	

Quadro 04 – Resultados do 2º bloco de questões

Fonte: questionários – maio 2011

Três fatores se destacaram nas falas dos sujeitos: tempo, trabalho e família e gastos econômicos, que mereceram algumas reflexões e inferências.

A questão do tempo e sua organização se constituem em objeto de estudos em diferentes áreas, particularmente citamos a abordagem do tempo na perspectiva da organização da sociedade capitalista, por estarmos tratando de formação profissional vinculada ao trabalho. Desse modo trazemos a idéia de Fonseca citado por Mendes quando diz:

Na abordagem capitalista o tempo é uma abstração produzida a partir das relações sociais de produção, um produto do ser social. O tempo é imposto como uma mediação necessária para a produção e reprodução do capital. O que interessa para o capital é o momento presente ou um futuro projetado tão-somente como uma extensão direta das determinações do passado e do presente e o futuro deve ser aniquilado e o cotidiano preenchido de respostas rápidas ao movimento do capital. (FONSECA, 2007 apud MENDES, s/a ,p. 4)

Todavia conscientes que esta idéia vem se modificando mediante o movimento do próprio capitalismo e sua adaptação a realidade. Atualmente, as relações trabalhistas estão evidenciando outra revolução temporal, vinculada ao que se tem definido como cibertempo, que envolve o uso da comunicação e da informação.

Essa realidade é marcada pela percepção da “[...] pluralidade de tempos e espaços que não se limitam ao espaço geográfico e nem ao tempo cronológico.” (FONSECA, 2007 apud MENDES, s/a ,p. 5). Uma realidade que flexibiliza as fronteiras e apresenta a dependência do homem aos instrumentos que possibilitam a

¹³ Essas foram as respostas que figuraram na totalidade dos informantes

medição diferenciada do tempo e que auxiliam na organização das rotinas diárias. A dependência comentada refere-se a percepção do ser humano que o tempo parece ‘encurtar’ diante da rotina de trabalho.

Nessa relação do profissional com o tempo/espço de convivência no trabalho, outro fator preponderante é a ausência prolongada do sujeito de suas relações familiares. Situações que podem influenciar consideravelmente o desempenho e o sustento dos entes próximos, além do próprio apoio emocional aos seres humanos. (MONTALLI, 2000). Os gastos pessoais estão intrinsecamente relacionados ao próprio sustento familiar também. Infere-se, assim que a formação e treinamento descentralizado, nas atuais condições em que estão acontecendo, são por demais prejudiciais porém uma outra opção de formato de cursos é bem aceita pelos instrutores.

A última questão versou sobre sugestões que poderiam ser apresentadas a efetiva implantação do ensino a distância na Corporação.

Instrutores	Sugestões
Todos	Capacitação para os instrutores
	Melhoria do sistema existente (Dos instrumentos e equipamentos)
	Revisão das estruturas curriculares adaptadas a EAD Promoção de cursos independentes da SENASP (contextualizados)
	Preparação de material didático coerente com a demanda local

Quadro 05 – Sugestões

Fonte: questionários – maio 2011

As sugestões apresentadas surgem como necessidades e demandas para quem atua. Há necessidades de aprendizagem sobre a EAD e das formas de desenvolvimento pedagógico e técnico e a consciência da demanda da formação .

A partir daí nos aproximamos do final de nossa reflexão, apresentando a proposta idealizada com base nas necessidades e demandas da corporação.

4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Não julgue cada dia pela colheita que você obtém, mas pelas sementes que você planta. (Robert Louis Stevenson)

Rever a formação do profissional em segurança pública, principalmente os que pertencem aos quadros da PMRN figurou como objeto de estudo deste trabalho, cujos objetivos versaram sobre a intenção de refletir sobre a possibilidade de adotar a educação a distância como modalidade de ensino que utiliza as tecnologias da informação e da comunicação como instrumento para a formação continuada de policiais militares que atuam nas localidades distantes da sede do comando geral da PMRN.

Nesse íterim, foi possível identificar o formato dos cursos de treinamento ofertados destacando as fragilidades que podem ser superadas com um planejamento minucioso e coletivo, idealizado e elaborado pelos instrutores. Ficou claro também a necessidade de formação de um quadro permanente de instrutores que atuem especificamente com a formação, considerando critérios objetivos de seleção.

Entender, fundamentar e planejar o ensino na segurança pública, principalmente os policiais militares que atuam juntos as OPMS do interior, requer uma reflexão e um planejamento das ações considerando a realidade que se interpõe para este profissional. Nessa perspectiva há de se considerar que este 'aluno' possui características próprias: são adultos e como tais carregam necessidades, capacidades e interesses próprios de sua etapa de vida.

Na capacitação, treinamento ou atualização, os policiais precisam conviver com práticas de ensino que considere também os princípios da Andragogia. Segundo essa linha de pensamento e prática pedagógica, a aprendizagem surge e se efetiva a partir da satisfação de suas necessidades e interesses, de tal maneira que o ensinado os ajude a resolver problemas do cotidiano. Além disso, sua capacidade de análise crítica já é visível e possível na troca de experiências, as quais podem ser supridas com um método de ensino específico para sua condição pessoal e profissional, voltado para o policial. (CAVALCANTI, 1999)

Assim, repensar as técnicas de ensino utilizadas e buscar alternativas que possam ser adaptadas ao ensino policial coloca-se como desafio. Pois, policiais que vão lidar com as demandas atuais da sociedade precisam ser ensinados considerando seus estilos de aprendizagem que podem ser desenvolvidos, sendo possível através da EAD.

Essa modalidade de ensino, pela diversidade de opções de organização dos conteúdos e de atividades propostas, bem como a perspectiva que considera os fatores tempo/espacos como aliados do aluno, coloca-se como alternativa eficaz para a formação.

Podemos dizer que numa proposta de EAD para formação policial atuante nas áreas interioranas do Estado, é necessário refletir e elaborar materiais de estudo que considerem além dos conceitos, elementos como:

- Interesse do aluno pelo tema;
- Criação de possibilidades de interação entre os instrutores e aos alunos de tal maneira que possam expressar dúvidas, opiniões e sugestões, etc. o que promoverá o respeito para com o instrutor e por ele mesmo enquanto aprendiz.
- Possibilitar a troca de experiências e um processo de reflexão na e sobre a ação;
- Focar a aprendizagem na vida, nas tarefas e atribuições;

Diante do exposto e considerando que o Ensino a Distância (EaD) diferencia-se pela perspectiva de separação espaço-temporal entre professor e aluno, tem condições de surgir como estratégia de ampliação do acesso ao ensino, configurando-se em uma estratégia de inclusão.

É uma modalidade que cresce em função da demanda por qualificação da sociedade contemporânea, que se caracteriza pela constante inovação do conhecimento.

Adequar os profissionais de segurança, policiais militares as exigências da sociedade capitalista, através do recurso tecnológico constitui-se um avanço significativo a corporação da PMRN a partir da contextualização da formação. É

assim e a partir do que foi exposto até o momento que apresentamos nossa proposta de curso.

4.1 PROPOSTA DE CURSO

Segundo Reich (2010, p. 09)

Um curso a distância, porém, não é uma nova forma de ensinar e de aprender. É, simplesmente, uma forma diferente de se constituir espaços de ensino-aprendizagem na virtualidade, combinados ou não com momentos presenciais, em que aluno, professor e tutor interagem por meio de recursos tecnológicos e mídias.

Nessa perspectiva, propõe-se um formato de curso para a PMRN, no tocante ao aperfeiçoamento de sargentos que atuam nas áreas interioranas do Estado do RN, na modalidade a distância. Consideramos para tal intento as orientações advindas da referida autora.

Definimos como modelo do curso o tipo múltiplas interações, que segundo Reich (2010, p. 33) configura-se como sendo aquele que ocorre:

Mediante material didático multimídia interativo disponibilizado em CD e/ou no AVA, ou ainda, mediante a combinação de dois ou mais tipos de material (por ex.: videoconferência e material impresso; videoconferência e CD e AVA), essas propostas de curso favorecem a pesquisa, a reflexão, a depuração e a reconstrução do conhecimento e a troca entre os participantes. O conteúdo dos cursos a distância com tal modelagem deve ser auto-explicativo e dinâmico, com suporte de variadas mídias. Professor e tutor nesses cursos assumem o papel de mediadores do processo de ensino-aprendizagem.

Ainda embasados na referida bibliografia, apresentamos a seguir o projeto de criação do CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS – CAS, obrigatório para a efetivação da promoção funcional dos militares:

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA
SOCIAL - SESED
POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE - PMRN
DIRETORIA DE ENSINO - DE
PROJETO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE
SARGENTOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA – CAS - EAD

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Públicos-alvo: 1º e 2º Sargentos da PMRN

1.2 Tipo de curso: Aperfeiçoamento a distância

1.3 Pré requisitos:

- ✚ As Normas e instruções do Processo Seletivo Interno ao Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS/2011 contemplam os 1º Sargentos Especialistas e 2º Sargentos Combatentes, não possuidores do CAS, conforme instruções apenas à Portaria Nº. 0042/2011-DP/2, de 19 de janeiro de 2011, Publicada no BG Nº. 014, de 21 de Janeiro de 2011; e notas suplementares.

1.4 Apoio institucional:

- ✚ SESED – PMRN – DIRETORIA DE ENSINO – CFAP - Diretoria de Pessoal - Diretoria de Apoio Logístico - Diretoria de Saúde - Seções do Estado Maior da Corporação - Centro Gestor de Educação a Distância SESED/SENASP/MJ - SENASP

1.4.1 Instalações Disponíveis:

- ✚ Serviço Médico do Centro Clínico e do Hospital “Cel. Pedro Germano da Costa” da PMRN. - Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar (CFAPM) - Telecentros das Unidades de Ensino e Operacionais da PMRN - Telecentros SESED/SENASP/MJ instalados no Estado do RN.

1.5 Período de inscrição: fev/2012

- ✚ Serão inscritos no CAS/2011 os Sargentos convocados pela Diretoria de Pessoal, considerados aptos, de acordo com Portaria Nº 0000/2011-CAS/DP/PMRN, editada pela Diretoria de Pessoal, publicada no BG, versando sobre o Resultado do Exame de Saúde e convocação dos aptos

para apresentação de início no QCG, onde serão dadas as orientações preliminares do curso em causa. A matrícula dos graduados inscritos dar-se-á mediante portaria do Coordenador Geral do sobredito curso e o seu devido registro em Boletim Geral da Corporação.

- ✚ A matrícula ocorrerá após a publicação dos designados em Boletim Geral, para freqüentarem o referido curso.
- ✚ O adiamento de matrícula poderá ser realizado, sendo concedido mediante requerimento do interessado, fundamentado e justificado, o qual será analisado pela Diretoria de Ensino, para parecer e posterior deliberação junto ao Sr. Cel PM Comando-Geral.
- ✚ A solicitação acima será feita ao Coordenador do Curso.
- ✚ O aluno que solicitar adiamento, desligamento ou trancamento de matrícula deverá fazê-lo, por escrito, arcando com os prejuízos decorrentes da aplicação da legislação pertinente à Corporação.
- ✚ O trancamento de matrícula poderá ser realizado, sendo concedido, mediante requerimento do interessado ao Coordenador do Curso, apenas por motivo de saúde do aluno, devidamente comprovado pela Junta Médico da Corporação.

1.6 Período de vigência: abril a setembro de 2012

1.7 Carga horária: 340 horas

1.8 Documentos necessários:

1.9 Forma de divulgação do Curso para o público-alvo: publicação em BG e postagem na página da PMRN e DE.

2 ESTRUTURAÇÃO

2.1 Coordenador do Curso: FRANCISCO FLÁVIO MELO DOS SANTOS, MAJOR.

2.2 Contato: *(endereço completo, telefone, fax, homepage, e-mail).*

2.3 Formato: módulo único

2.4 Mediação pedagógica:

- ✚ **Professor:** oficial qualificado destacado para desenvolver o programa estabelecido,
- ✚ **Tutor a distância:** oficial destacado ou voluntário que tenha formação compatível com o curso.

- ✚ **Tutor presencial:** oficial destacado ou voluntário que tenha formação compatível com o curso.

2.5 Equipe de suporte técnico e administrativo: sob a responsabilidade da DE PMRN.

2.6 Recursos tecnológicos e mídias: PC disponibilizado nas unidades operacionais, internet e intranet, impressoras, equipamentos de TV e DVD.

2.7 Material didático: Formulado pelos professores e SENASP em forma impressa e digital.

2.8 Infra-estruturas institucionais internas e/ou de outras: Sede das unidades, escolas públicas conveniadas.

3 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Finalidade:

O Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos foi planejado como um curso de 340 horas na modalidade a distância, utilizando a internet como meio destinado a atender a demanda de profissionais lotados nas unidades do interior do Estado do Rio Grande do Norte.

3.2 Objetivos:

3.2.1 Geral:

- ✚ Aperfeiçoar os 1º Sargentos Especialistas e os 2º Sargentos Combatentes da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, não possuidores do CAS, conforme legislação específica, visando à atualização e o aprimoramento dos conhecimentos técnico-profissionais para o exercício das funções inerentes as graduações dos seus respectivos quadros em atividades efetivas.

3.2.1.1 Específicos

- ✚ Contribuir com o processo regular de continuidade das promoções dos sargentos em causa.

- ✚ Contribuir no processo formativo dos profissionais, atualizando-os sobre questões essenciais ao desempenho policial

3.3 Funcionamento:

O CAS/2011 será realizado na modalidade de Ensino à Distância semipresencial

Local de Funcionamento:

- a) Estudo dos módulos no formato a distância: unidades operacionais nos municípios;

- ✚ Aulas presenciais: avaliações e atividades práticas – Instituições conveniadas

4 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular será composta de 13 (treze) disciplinas inerentes às atividades de aperfeiçoamento do sargento em sua vida cotidiana na Instituição Policial Militar, quais sejam:

Módulo	COMPONENTES CURRICULARES	CH	Requisito
			PRÉ
01	Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial – AJAP	30	
02	Gerenciamento de Crise - GDC	30	
03	Português Instrumental - PTI	30	
04	Uso Progressivo da Força – UPF*	30	
05	Preservação de Local de Crime - PLC	30	
06	Identificação Veicular - IDV	30	
07	Redação Técnica – RDT	30	
08	Técnicas e Tecnologias não Letais de Atuação Policial – TNL*	30	MÓDULO 04
09	Administração de Material	20	
10	Administração Financeira	20	
11	Administração de Pessoal	20	
12	Procedimentos de Apuração Disciplinar/Administrativa (Sindicância; Inquérito Policial Militar e Processos Administrativos)	20	

13	Tiro Prático	20	
SUBTOTAL		340	

Quadro 6 – Estrutura curricular

Fonte: produção do pesquisador

5 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem no CAS será baseada nas normas vigentes da DE/PMRN para o ensino à distância e presencial. A avaliação é concebida como uma atividade pedagógica que deve acompanhar todo o processo de ensino-aprendizagem, realimentando-o continuamente. A avaliação alicerça-se na observação minuciosa e constante do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, não se deve fazer a avaliação apenas através de instrumentos de medida, como as provas ou outra modalidade, seja qual for sua natureza, mas através da observação do cumprimento de todas as atividades previstas no plano curricular do curso.

No cumprimento dessa tarefa os professores poderão utilizar todos os meios adequados, legais e legítimos para aferir a evolução do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem. Entrementes, há a necessidade de se documentar o desempenho dos alunos, do qual se fará registro.

As provas serão instrumentos de diagnóstico para instrumentalizar o ato da avaliação. O julgamento final do aluno, em termos de aprendizagem e da conseqüente aprovação, sempre da competência do professor, deve ser precedido de observações calcadas em ferramentas tecnicamente bem elaboradas, para que reflitam a verdade para se comparar o rendimento do aluno em função das competências esperadas e descritas neste projeto.

Deve-se privilegiar a prática pedagógica avaliativa voltada para a aprendizagem do aluno e a construção do conhecimento. Para tanto, é necessário propiciar uma aprendizagem significativa por meio da observação da realidade, troca de experiências, exercícios, leituras e produção próprias, entre outros meios.

O processo de avaliação deve estar enraizado não apenas na aquisição de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes, mas também no envolvimento de estudantes e professores por meio de diálogo crítico e emancipador, a fim de superarem as dificuldades encontradas no processo de

aquisição, problematização, elaboração e recriação do saber. Assim, a avaliação do ensino-aprendizagem caracteriza-se como um processo que correlaciona os que ensinam e os que aprendem.

O Sargento Aluno terá concluído o curso quando da apresentação do relatório do Gestor EAD no RN à Coordenação Geral do CAS, constando as disciplinas/cursos e as respectivas notas finais.

Para fins de conclusão os instruendos que ficarem de recuperação em mais de 02 (duas) disciplinas estarão automaticamente reprovados.

A nota mínima/final de aprovação para cada curso/disciplina/EAD é de 7,0 (sete).

Como disciplina complementar, obrigatória e presencial, tem-se a Educação Física que ocorrerá nas unidades de lotação dos sargentos, conforme Quadro de Trabalho Semanal.

Para as aulas de Tiro Prático, a equipe do Grupo de Apoio à Vida – GAV (pessoal e veículo) do Hospital da Polícia Militar – DS deverá estar presente para atender aos eventuais casos de acidentes.

Nos casos de internação médica de urgência os Sargentos Alunos, quando autorizados pelo médico responsável, poderão fazer a avaliação final ou de recuperação no local de internação, supervisionados pela coordenação do curso ou seu representante legal.

A orientação Pedagógica será de acordo com a Coordenação do Curso e o Regulamento Interno da PMRN.

Os Métodos e as Técnicas de Ensino serão as previstas pela metodologia de ensino convencional de uso na Corporação, devendo cada instrutor e monitor dirigir as atividades de forma a atender os objetivos do curso, em especial, às diretrizes emanadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública e as Normas de Procedimento e Conduta do Ensino da PMRN.

O regime disciplinar será regulado de acordo com o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar e o Regulamento Interno do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar.

O aluno que estiver em gozo de férias, no período de realização do curso, deverá providenciar a sua sustação, junto ao setor competente da Corporação, visando assegurá-las para época oportuna.

O Certificado de Conclusão do CAS será entregue ao sargento aluno no final do curso, conforme ata de conclusão publicada em BG.

Os setores competentes deverão adotar as medidas julgadas adequadas para o exemplar funcionamento do curso em comento.

Os casos omissos ou não estabelecidos neste plano serão decididos pela Diretoria de Ensino e Comando Geral da Corporação.

6 QUADRO OPERACIONAL DOCENTE

Mod	COMPONENTES CURRICULARES	INSTRUTORES
01	Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial - AJAP	1º Sgt FSV
02	Gerenciamento de Crise - GDC	1º Sgt PM - MAN
03	Português Instrumental - PTI	1º Sgt PM - LJSD
04	Uso Progressivo da Força – UPF*	1º Sgt PM – HNS
05	Preservação de Local de Crime - PLC	3º Sgt PM - AFL
06	Identificação Veicular - IDV	Sd PM – EST
07	Redação Técnica – RDT	1º Sgt BM – MAL
08	Técnicas e Tecnologias não Letais de Atuação Policial – TNL*	3º Sgt PM – WASS
09	Administração de Material	1º Sgt PM – V. J. C.
10	Administração Financeira	Maj Frº F. M. S
11	Administração de Pessoal	Sd PM – LOBS
12	Procedimentos de Apuração Disciplinar/Administrativa (Sindicância; Inquérito Policial Militar e Processos Administrativos)	1º Sgt PM - IGP
13	Tiro Prático	3º Sgt PM – WASS

Quadro 7 – Quadro operacional docente

Fonte: Produção do pesquisador

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, J. **O método das ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira. 1998.

AURÉLIO, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ed. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998

ALVES, Rêmulo Maia; ZAMBALDE, André Luiz; & FIGUEIREDO, Cristhiane. Ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida, **RBCS** Vol. 15 no 42 fevereiro/2000. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1736.pdf>

BEHAR, Patrícia Alejandra; PASSERINO, Liliana; BERNARDI, Maira. **Modelos Pedagógicos para Educação a Distância**: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem. In *CINTED-UFRGS Novas Tecnologias na Educação*. V. 5 Nº 2, Dezembro, 2007. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo10/artigos/4bPatricia.pdf>>. Acesso em 15/07/2011

BRASIL. **Decreto nº 2.494. Regulamenta o Art. 80 da LDB** (Lei nº 9.394/96). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 18 agosto 2010.

BRASIL. Manual Técnico do Instrutor do Exército Brasileiro T 21-250, 3ª Ed 1997.

BRASIL. **LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 18 agosto 2010. 14h01m

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 301 de 09 de abril de 1998a**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 18 agosto 2010

BRASIL. **Decreto nº 2.561 de 27 de abril de 1998b**. Altera a redação dos artigos 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 18 agosto 2010

BRASIL. **Matriz Curricular Nacional**. Brasília: SENASP/MJ, 2003.

BRASIL. **Matriz Curricular Nacional Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Versão modificada e ampliada. Brasília: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/SENASP, 2008.

BUENOS AYRES, Carlos Antonio Mendes de Carvalho. **Segurança pública e educação: parceria intersetorial e ciclos de formação continuada**. In. Conferência internacional educação, globalização e cidadania. Novas perspectivas da sociologia da educação. 2008. João Pessoa, PB. Disponível em:

<[www.carceraria.org.br/fotos/admin/Sistema Penal/Segurança Pública.pdf](http://www.carceraria.org.br/fotos/admin/Sistema%20Penal/Seguran%C3%A7a_P%C3%BAblica.pdf)> Acesso em: 16/08/2010. 16h29m

CALADO, Silvia dos Santos; FERREIRA, Silvia C. dos Reis. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Metodologia da investigação I. DECFUL, 2004/2005. Disponível em:<<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>> Acesso em: 08-ago-2010. 18h39

CAVALCANTI, Roberto de Albuquerque. **ANDRAGOGIA: a aprendizagem nos adultos**. In. Revista de Clínica Cirúrgica da Paraíba.1999. Disponível em: <http://www.ccs.ufpb.br/depcir/andrag.html>. Acesso em:09 set 2011

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na pesquisa científica. In. **Administração On Line Volume 1 - Número 1 (janeiro/fevereiro/março - 2000. Disponível em:** <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm>.

COSTA, Karla da Silva; FARIA, Geniana Guimarães. **EAD – sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial. Maio, 2008.** <<http://ead.faesa.br/ead.htm>>

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2000. „Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI“. Segunda parte – princípios. P. 89 – 117.

FONSECA, Fábio C. Capitalismo e temporalidade humana: urgência de uma reflexão. **Revista Expressão**, vol. 3, Unifeg, 09/2007.

FREIRE, Madalena. A Formação Permanente. In: Freire, Paulo: **Trabalho, Comentário, Reflexão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. 3 ed. São Paulo: Moraes.1980.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GENTILLI, Pablo A A. & SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. Coleção Ciências Sociais da Educação.

GIL, Antonio C. **COMO CLASSIFICAR AS PESQUISAS?** Disponível em: <[www.professordilson.pro.br/omono/Classificação_de_Pesquisas.doc](http://www.professordilson.pro.br/omono/Classificacao_de_Pesquisas.doc)> Acesso em 08/ago/ 2010. 17h54.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed.São Paulo: Atlas, 1999.

HERMES JUNIOR, Ivenio. **O ensino policial** - Rio de Janeiro(RJ) . Disponível em< <http://www2.forumseguranca.org.br/content/o-ensino-policial>> 31/01/2011. Acesso em: 25 jun 2011.

HYPOLITTO, Dinéia. **Formação continuada: a necessidade para os profissionais**. 23 de julho de 2004. P 1-4. Disponível em: <http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/100/31/1/3/> >. Acesso em: 09/08/2010. 13h48m

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 23

LEITÃO, Cleide et all. **Elaboração de material didático impresso para programas De formação a distância: orientações aos autores**. Ministério da Saúde. **Fundação Oswaldo Cruz**. Escola Nacional de Saúde Pública Programa de Educação a Distância. EAD/ENSP/FIOCRUZ, 2005

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

LIBÂNEO. J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M.S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MAGDALENA, Beatriz Corso; COSTA, Iris E. Tempel. **Nada do que foi será de novo do jeito Que já foi um dia**. IN. MORAES, Mª Cândida. (org). **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA FUNDAMENTOS E PRÁTICAS**. Campinas, SP:UNICAMP/NIED, 2002. Cap. 6

MARTINS, Ademir da Rosa; CARNEIRO, Mára Lúcia; FABRE, Marie-Christine Julie M.; KELLER, Rodrigo dos S. O Suporte em Educação a Distância. Disponível em: < http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=72> Acesso em: 20 jul 2011

MENDES, Eliandra da C; FIDALGO, Fernando Selmar R. **Formas de organização do tempo e a intensificação do trabalho docente no contexto da EAD**. Faculdade de Educação – UFMG. s/a

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **RBCS** Vol. 15 n. 42 fevereiro/2000. Disponível: < www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1736.pdf>

MORAES, Mª Cândida. Tecendo a rede, mas com que paradigma? IN. MORAES, Mª Cândida. (org). **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA FUNDAMENTOS E PRÁTICAS**. Campinas, SP:UNICAMP/NIED, 2002. Cap. 1.212fl. : il

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 2. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

REICH, Silvia Teresa Sparano . **Planejamento e Produção de Cursos a Distância**. ESCOLA DE GOVERNO: UFPR, 2010.

SANTOS, Francisco Flávio M; BOGGIO, M^a Tereza M. dos Santos. **Treinamento do soldado da Polícia Militar do Rio Grande do Norte: uma visão crítica.** (Monografia apresentada no Curso Superior de Policia - PMRN, 2009)

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história . In **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996. P. 17-27.

TEXTOS INTERNET:

http://www.vdl.ufc.br/catedra/telematica/cronologia.htm#_Toc457632061> Acesso 12 jul 201

A CENTRALIDADE DAS TAREFAS ESCOLARES NAS PRÁTICAS ESCOLARES
CONSTRUTIVISTAS – disponível em:<www.anped.org.br/reunioes/23/textos/2030t.PD>